



Número: **0007530-28.2017.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 26ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **15/02/2017**

Valor da causa: **R\$ 6.412,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO (AUTOR)		GISELLE VALENCA DE MEDEIROS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (REU)		MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
17529 132	15/02/2017 17:16	Petição Inicial	Petição Inicial
17529 251	15/02/2017 17:16	PROCURAÇÃO 0001	Procuração
17529 277	15/02/2017 17:16	DECL POBREZA	Outros (Documento)
17529 367	15/02/2017 17:16	DADOS PESSOAIS	Documento de Identificação
17529 401	15/02/2017 17:16	COMP RESIDENCIA	Outros (Documento)
17529 482	15/02/2017 17:16	BO	Outros (Documento)
17529 544	15/02/2017 17:16	DOC MÉDICO	Outros (Documento)
19751 248	11/05/2017 13:52	Despacho	Despacho
19838 259	12/05/2017 15:33	Intimação	Intimação
19838 261	12/05/2017 15:33	Intimação	Intimação
19838 262	12/05/2017 15:33	Intimação	Intimação
19843 191	12/05/2017 17:05	Certidão	Certidão
19843 674	12/05/2017 17:05	e-mail perito 0007530-28.2017.8.17.2001	Outros (Documento)
20466 919	02/06/2017 12:17	Aviso de Recebimento	Aviso de recebimento (AR)
20466 921	02/06/2017 12:17	AR INT. ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO	Aviso de recebimento (AR)
20846 127	15/06/2017 15:16	Contestação	Contestação
20846 176	15/06/2017 15:16	LIDER PARTE 1	Procuração
20846 273	15/06/2017 15:16	LIDER PARTE 2	Procuração
20900 642	19/06/2017 12:49	Aviso de Recebimento	Aviso de recebimento (AR)

20900 643	19/06/2017 12:49	AR INT. SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	Aviso de recebimento (AR)
23201 766	04/09/2017 11:04	Certidão	Certidão
23201 804	04/09/2017 11:04	LAUDO PERICIAL / ALEXANDRE LUIZ	Laudo Pericial
23374 141	08/09/2017 17:27	Certidão	Certidão
23462 418	12/09/2017 15:27	Petição	Petição
23462 498	12/09/2017 15:27	2343267 FICHA DE COMPENSACAO A PAGAR	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
23462 512	12/09/2017 15:27	2343267 FICHA DE COMPENACAO PAGA	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
23614 756	16/09/2017 18:46	Sentença	Sentença
23862 663	22/09/2017 17:04	Intimação	Intimação
23863 466	28/09/2017 17:17	Preparar ato de cartório com revisorPreparar ato de cartório [PRATCARTREV]atoordinatorio	Alvará
24496 394	11/10/2017 18:06	Certidão	Certidão
24496 452	11/10/2017 18:06	e-mail alvará Processo nº 0007530-28.2017.8.17.2001	Outros (Documento)
25846 346	24/11/2017 16:36	Certidão	Certidão

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Cível da
Comarca de Recife – Estado de Pernambuco.

ALEXANDRE LUIZ DA CONCEIÇÃO, brasileiro, solteiro chefe de transporte, portador da cédula de identidade nº 5.105.361 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 036.590.124-59, residente na Rua Belém de Juda, 58, Dois Carneiros, Cavaleiro, Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP 54.290-000, vem, à presença de Vossa Excelência, através de seu advogado ao final assinado, constante da procuração anexa (DOC. 01), com endereço profissional à Rua Francisco Alves, 105, sala 104, Ilha do Leite, Recife – PE, fones: (81) 3423-6256/(81) 3221-7599, e-mail: gvmed@hotmail.com, propor:

AÇÃO DE COBRANÇA REFERENTE À INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede a Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, bairro Centro, município do Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-205, diante os motivos de fato e de direito a seguir expostos:

I – GRATUIDADE DA JUSTIÇA

PRIMEIRAMENTE, esclarecemos que a parte autora da presente ação não tem condições de arcar com os custos do processo, sem que reste comprometido seu sustento e de sua família, como faz prova declaração acostada aos autos, pelo que de logo requer a concessão do benefício da gratuidade, nos termos da Lei 1.060/50.

II – DOS FATOS

O AUTOR foi vítima de acidente de trânsito em 11/06/2016, conforme boletim de ocorrência anexo de nº 16E0102003862, quando, pilotava sua motocicleta e de repente derrapou, caindo a moto sobre o próprio AUTOR.

O AUTOR foi socorrido para o Hospital Esperança de Recife. Teve fratura na tíbia direita, sendo submetido à cirurgia.

Por conta do acidente, o AUTOR não consegue mais levar a vida com normalidade. Devido ao trauma, na tíbia direita, sente muitas e fortes dores na região. O sinistro comprometeu suas atividades diárias – remuneradas e não remuneradas, uma vez que tem dificuldade para caminhar longas distâncias, ficar de pé, realizar esforços como correr, subir escadas e atividades físicas que envolvam a articulação da perna direita e requeiram equilíbrio, além das dores constantes e inchaços no local atingido. Dessa maneira, observa-se que o acidente acarretou inúmeros prejuízos ao mesmo.

Todavia, o AUTOR deu entrada no seguro obrigatório DPVAT e não recebeu o valor correto correspondente à indenização pelo acidente sofrido, tendo recebido apenas a importância de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

III – DO DIREITO

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o *Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre* – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de tornar mais efetiva ao fim que se destinava.



O seguro obrigatório, como é comumente conhecido, é um seguro especial de acidentes pessoais, decorrente de uma causa súbita e involuntária, destinado às pessoas transportadas ou não, que porventura venham a ser lesionadas por veículos em circulação.

Na lição de Sérgio Cavalieri Filho, pode-se dizer que o seguro obrigatório deixou de ser caracterizado como um seguro de responsabilidade civil do proprietário, para se transformar em um *seguro social* em que o segurado é indeterminado, o se tornando conhecido quando da ocorrência do sinistro, ou seja, quando assumir a condição de vítima de um acidente automobilístico. Segundo o autor, o proprietário do automóvel, ao contrário do que ocorre no seguro de responsabilidade civil, não é o *segurado*, e sim o *estipulante em favor de terceiro*.

Sob esta interpretação, pode-se dizer, ainda conforme o precitado autor, que não há um contrato de seguro propriamente dito, e sim uma obrigação legal, um seguro de responsabilidade social imposto por lei, para cobrir os riscos da circulação dos veículos em geral.

Assim, os veículos no momento do licenciamento anual, ficam obrigados a recolher o valor do seguro obrigatório de responsabilidade civil. É, aliás, condição para que os veículos possam trafegar, como aponta Rui Stocco em RESPONSABILIDADE CIVIL E SUA INTERPRETAÇÃO JURISPRUDENCIAL, RT, p. 205.

E continua o ilustre doutrinador sobre o tema: “É caracterizado como uma interferência do poder público na liberdade das pessoas, com o objetivo de proteger as vítimas de acidente, nas atividades que considerou de extremo perigo como *ad exemplum*, a condução de veículos automotores”.

A cobertura do seguro obrigatório abrange todos os danos pessoais sofridos, inclusive os sofridos pelo próprio segurado. O seguro prevê indenização nos casos de: morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares.

Conforme preceitua o art. 5º da Lei nº 6.194/1974, de 19/12/1974: “o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia da responsabilidade do segurado”.

O artigo 3º daquele diploma legal, foi alterado pelo art. 8º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, que passou a estipular os seguintes valores a serem cobertos pelo seguro. Vejamos:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada.

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II – ATÉ R\$ 13.500,00 (mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III – ATÉ R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Resta claro e provado que não foi pago a parte autora o valor a que teria direito, e, assim sendo, impõe-se a condenação da RÉ ao pagamento integral do valor do seguro, conforme estabelecido no art. 3º e seus incisos da Lei 6.194/1974:

APELAÇÕES CÍVEIS - SEGURO DPVAT - DIFERENÇA DEVIDA - PAGAMENTO REALIZADO A MENOR NA ESFERA ADMINISTRATIVA - PRESCRIÇÃO INEXISTENTE - RECÁLCULO DO VALOR DEVIDO - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA - RECURSOS CONHECIDOS COM PARCIAL PROVIMENTO DO PRIMEIRO E NÃO PROVIMENTO DO SEGUNDO. - Em obediência à hierarquia das normas e ao princípio da legalidade, não possui o Conselho Nacional de Seguros



Privados (CNSP) ou a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) competência para fixar e/ou limitar o valor da indenização para o seguro DPVAT. - Em obediência ao princípio do 'tempus regit actum', a concessão da indenização do seguro DPVAT está atrelada aos requisitos previstos na legislação de regência vigente no momento do acidente automobilístico. - A ausência à época de parâmetros para quantificar valores, não autoriza a fixação da indenização em seu teto máximo, pois a palavra "até", constante do art. 3º, b, da Lei n.º 6.194/74, em sua redação primitiva, impõe ao juiz o dever de julgar com razoabilidade e equidade, adaptando a regra existente, mesmo que lacunosa, à situação concreta, observando-se os critérios de justiça, sob pena de se ferir os preceitos insculpidos no art. 4º, da LINDB, e art. 126, do CPC. Súmula n.º 474, do STJ. - O prazo prescricional para cobrança do seguro obrigatório encontra-se regulado pelo inciso IX, do parágrafo terceiro, do artigo 206, do Código Civil de 2002, tratando-se de seguro de responsabilidade civil (objetiva) obrigatório. Súmula 405, do Superior Tribunal de Justiça. Prescrição trienal não reconhecida, pois o lapso temporal que medeia a data do recebimento parcial da verba indenizatória e a data do ajuizamento da ação é inferior a 03 (três) anos. - Recebida administrativamente a indenização a menor, o valor da diferença deve ter por base o salário mínimo vigente à época do pagamento realizado a menor, eis que fora o salário utilizado para se calcular o pagamento efetivado, nos termos do art. 5º, § 1º, da Lei n.º 6.194/74, e, a partir desta data, acrescido de correção monetária pelo índice da CGJ/MG, além de juros de mora, contados a partir da citação. - Sucumbência recíproca. Custas e honorários proporcionais.

(TJ-MG - AC: 10687090726823001 MG, Relator: Corrêa Camargo, Data de Julgamento: 23/04/2013, Câmaras Cíveis / 18ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 26/04/2013)

Ademais, o seguro obrigatório – ao contrário dos demais contratos desta natureza – é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização tarifada e insuscetível de transação. Correto, então, afirmar que as partes não podem deliberar sobre os valores especificados em Lei.

A rigidez da norma legal, pela especificidade do seguro em análise, tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação contratual, no caso o segurado.

É de se destacar, por imperioso, o recibo de quitação é sempre lavrado em termos genéricos, não podendo liberar o devedor, notadamente em razão do valor indenizatório estar estabelecido por lei, como notadamente presente, como já decidiu inclusive a n. 10ª câmara do E. 1º TACSP nos autos a apelação 719.238-7, cuja ementa a seguir transcrevemos:

“Seguro obrigatório – responsabilidade civil – acidente de trânsito – fixação do valor imposto por lei não podendo ser objeto de transação entre as partes – proteção do segurado que é a parte mais fraca no contrato – invalidade da quitação por valor menor que o da indenização por força de tal princípio – determinação da sentença para que a seguradora pague o restante da indenização a despeito de ter obtido a quitação – cobrança procedente improvido.

ACORDÃO

Seguro obrigatório por acidente automobilístico – Valor fixado é imposto por lei e não pode ser objeto de transação entre as partes. Norma visa proteger o segurado que é a parte mais fraca do contrato. Quitação dada por valor menor que o da indenização não tem validade por força de tal princípio – correto a determinação contida na indenização que a seguradora pague o restante da indenização a despeito de ter obtido a quitação. Apelação desprovida”.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se à Vossa Excelência:

1.- OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA.

2.- O JULGAMENTO PROCEDENTE DA PRESENTE AÇÃO COM A CONDENAÇÃO DA PARTE RÉ COM BASE NA



INDENIZAÇÃO PREVISTA PELA LEI Nº 6.194/74 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS A ESPÉCIE, NO VALOR DE R\$ 6.412,50 (SEIS MIL QUATROCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

3.- A CONDENAÇÃO DA RÉ NAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS, BEM COMO NO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS A SEREM FIXADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

4.- A CITAÇÃO DA RÉ PARA, QUERENDO, OFERECER CONTESTAÇÃO NO PRAZO LEGAL.

5.- INFOMA A PARTE AUTORA QUE NÃO PRETENDE TER REALIZADA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, e em especial pelo depoimento pessoal da RÉ, perícia, oitiva de testemunhas e tudo mais que se fizer necessário para o julgamento desta ação.

Dá-se a causa, o valor de R\$ 6.412,50.

Recife (PE), 15 de fevereiro de 2017.

GISELLE VALENÇA DE MEDEIROS
Advogada
OAB/PE 17.828



PROCURAÇÃO

PARTE OUTORGANTE:

Nome: ALEXANDRE LUIZ DA CONCEIÇÃO
brasileiro (a), estado civil: SOLTEIRO, profissão: CHEFE DE TRANSPORTE
RG nº 515361 SSP/PE, CPF/MF nº 036.590.124-59, com
endereço residencial na AL. BEJEM DE JUDA, Nº 58, DOIS CARNEIROS
CAVALEIRO JABOATÃO DE CER. 54.290-000

PARTE OUTORGADA:

GISELLE VALENÇA DE MEDEIROS, SÉRGIO PORTO ESTEVES, IGOR VALENÇA DE MEDEIROS CAVALCANTI, ALMIR DO VALE REIS PACHECO, MARCOS VALENÇA DE MEDEIROS PIMENTEL CORREIA, brasileiros, sendo os quatro primeiros advogados, devidamente inscrito na OAB/PE sob os nºs 17.828, 16.236, 28.293, 27.685, 27.982, respectivamente, o último bacharel em direito, todos com endereço profissional à Rua Prof. José Cândido Pessoa, 704, Bairro Novo, Olinda – PE, onde recebem as intimações legais.

PODERES:

Para representar a PARTE OUTORGANTE em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, com poderes incluídos nas cláusulas "ad judícia" e "ad judícia et extra", podendo propor ações, requerer, contestar, indicar provas e testemunhas, transigir, recorrer, desistir, renunciar a crédito, receber valores e dar quitação, levantar quantias em depósito judicial através de Alvará, firmar compromissos, substabelecer no todo ou em parte, bem como todos os poderes permitidos em direito sempre no interesse do outorgante.

Recife, 09 de Fevereiro de 2017.

X Alexandre Luiz da Conceição
outorgante



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, ALEXANDRE LUIZ DA CONCEIÇÃO
brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº 51053.61 SSP/PE
inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 036.590.424-59, residente
na AV BELEM DE JUDÁ, Nº 58 - DOIS CARNEIROS
CARALÉIRO - ITABOATIM PE CEP 54.290-000

declaro para os devidos fins, sob as penas da Lei de Assistência Judiciária nº 1.060/50 e demais legislações aplicáveis à espécie, e sob minha própria responsabilidade, que não tenho condições financeiras de pagar custas do processo, despesas com publicações e/ou outras despesas concernentes, sem prejuízos próprios.

Recife, 09 de Fevereiro de 2017

Alexandre Luiz da Conceição
Declarante



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
 ALEXANDRE LUIZ DA CONCEIÇÃO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
 3105361 SSP PE

CPF
 036.590.124-59

DATA NASCIMENTO
 03/06/1979

FIKAÇÃO
 NÃO DECLARADO

REVERINA LUIZA DA CONCEIÇÃO

PERMISSÃO **ACC** **CAE. HAB**
☐ ☐ ☐

Nº REGISTRO
 00570997223

VALIDADE
 29/01/2020

1ª HABILITAÇÃO
 30/03/1999

OBSERVAÇÕES
 Exerce Ativ Remunerada

ASSINATURA DO PORTADOR
Alexandre Luiz da Conceição

LOCAL
 RECIFE - PE

DATA EMISSÃO
 02/02/2015

ASSINATURA DO EMISSOR
[Assinatura]

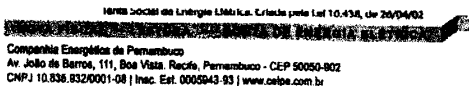
61199540920
PE064628561

DETRAN - PE (PERNAMBUCO)

VÁLIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
1020050938

PROIBIDO PLASTIFICAR
1020050938





ANDREZA CARLA DE MELO

AV BELEM DE JUDA 58

CLASSIFICAÇÃO

DOIS CARNEIROS/CAVALEIRO
JABOATÃO DOS GUARARAPES PE
54290-000

BI RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
Monofásico

Nº DA NOTA FISCAL	UNICA	EMISSÃO
001119967	UNICA	12/07/2018
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DO CONTRATO
12/07/2018	2002808891	1732664

CONFIDENTIAL	SECRET
4000622207	07/2016
18/07/2016	11/08/2016
	14.86

DENEGACÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	30,0000000	0.48372450	4.51
Multa por atraso-NF 001065339 - 10/06/16			0,27
Juros por atraso-NF 001065339 - 10/06/16			0,08

TOTAL DA FATURA

14.85

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (m³/m)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
31.21.222.36.2	CAT	10/06/2016	33,00	12/07/2016	33,60	32	1,00000		0,00

Mês/Ano	Vendas (mil R\$)
JAN 14	2.5
FEB 14	3.0
MAR 14	3.5
ABR 14	4.0
MAY 14	4.5
JUN 14	5.0
JUL 14	5.5
AUG 14	6.0
SEP 14	6.5
OCT 14	7.0
NOV 14	7.5
DEC 14	8.0
JAN 15	10.5

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

[illegible]

Conveniente a este pagamento de (a) valor (a) de energia elétrica (a)

Valor	Diário	Valor	Diário	Valor
01/07/84	17/07/84	3,81		

Em caso de não pagamento de energia, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer multas ou outras medidas de restrição de crédito do SPC e SERASA, com as seguintes condições: Não assumir este risco sob pena de ser considerado inadimplente bem como não ter acesso a crédito em nenhuma outra instituição financeira.

REGRAS DE PAGAMENTO E PRAZOS DE PAGAMENTO

VALOR	PRazo	Limite	Limite	Limite
CONJUNTO	até 15 dias	até 15 dias	até 15 dias	até 15 dias

TERMO NORMAL (V)

Limite de Utilização (V)	Valor	Valor



1. O presente documento é uma cópia digitalizada de um documento original, e não possui validade jurídica. O original deve ser consultado para fins de autenticidade e validade.

2. O presente documento é uma cópia digitalizada de um documento original, e não possui validade jurídica. O original deve ser consultado para fins de autenticidade e validade.

3. O presente documento é uma cópia digitalizada de um documento original, e não possui validade jurídica. O original deve ser consultado para fins de autenticidade e validade.

4. O presente documento é uma cópia digitalizada de um documento original, e não possui validade jurídica. O original deve ser consultado para fins de autenticidade e validade.

5. O presente documento é uma cópia digitalizada de um documento original, e não possui validade jurídica. O original deve ser consultado para fins de autenticidade e validade.

6. O presente documento é uma cópia digitalizada de um documento original, e não possui validade jurídica. O original deve ser consultado para fins de autenticidade e validade.

7. O presente documento é uma cópia digitalizada de um documento original, e não possui validade jurídica. O original deve ser consultado para fins de autenticidade e validade.

8. O presente documento é uma cópia digitalizada de um documento original, e não possui validade jurídica. O original deve ser consultado para fins de autenticidade e validade.

9. O presente documento é uma cópia digitalizada de um documento original, e não possui validade jurídica. O original deve ser consultado para fins de autenticidade e validade.

10. O presente documento é uma cópia digitalizada de um documento original, e não possui validade jurídica. O original deve ser consultado para fins de autenticidade e validade.

Abanda Mir de Caceres





Nome: **ALEXANDRE LUIZ DA CONCEIÇÃO**
Nº registro: **511465**
Dt. Nasc.: 02/06/79 - 37 ano (s) Sexo: Masculino
Mãe: SEVERINA LUIZA DA CONCEIÇÃO Fone: 81 8425-4155
Endereço: AV BELÉM DE JUDÁ, nº 58, ALTO DOIS CARNEIROS. JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE
Data/hora: 11/06/2016 - 06:16 Nº pag.: 1/1

GUIA DE ENCAMINHAMENTO E TRANSFERÊNCIA

REMOÇÃO COM MÉDICO : **AMBULÂNCIA**

HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL:

PCT FEZ USO DE ALCOOL RELATA QUEDA DE MOTO EM BAIXA VELOCIDADE ESTAVA DE CAPACETE CAIU DE LADO E A MOTO CAIU SOBRE SUA PERNA DIREITA. APRESENTA ESCORIAÇÕES EM MEMBROS NEGA TCE OU PERDA DE CONCIÊNCIA OU TRAUMA EM COLUNA. PACIENTE APRESENTA RAIO X EVIDENCIANDO FRATURA EM TÍBIA DIREITA COMPLETA, COMO PACIENTE APRESENTA LACERAÇÃO DE PARTES MOLES, CONSIDERAR POSSIBILIDADE DE FRATURA EXPOSTA.

EXAME FÍSICO:

Peso: Altura: IMC: () Temperatura: °
PA: x mmHg HGT: mg/dL
EGR, EUPNEICO E AFEBRIL
ESCORIAÇÕES EM MEMBROS
MOVIMENTOS PRESERVADOS EM COLUNA E QUADRIL SEM DOR
PERNA DIREITA COM EDEMA 1/4+ ESCORIAÇÃO E DIFICULDADE EM MOVIMENTAÇÃO.

CONDUTA:

Exames Complementares/Resultados:

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA:

V28 - MOTOCICLISTA TRAUMATIZADO EM UM ACIDENTE DE TRANSPORTE SEM COLISÃO |
CAPOTAMENTO

OBSERVAÇÕES :

DADOS DA TRANSFERÊNCIA:

Transferência encaminhado para: HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
Motivo:
Senha: 1937649

**ESTE PACIENTE TEM CONDIÇÕES DE SER TRANSFERIDO
POR MEIOS PRÓPRIOS :**

Dr. José Augusto Calafell
CRM: 22475

Dr. JOSÉ AUGUSTO CALAFELL ROIG TIBURCIO DE M
CRM: 22475

Esta conta dever ser paga com recursos publicos.



074052 1046

FEMG.10
10.34

ATENDIMENTO EMERGÊNCIA

Assinar e Carimbar a Guia do Convênio

RE: **Procet**

☐ Dor

* Caso pr

Horá

QUEI

SSVV: FR

SATURACÃO O2

TEMPERATURA

DOR () SIM () NÃO LOCAL

Antecedentes

HAS ☐ Sim ☐ Não **Tabagismo** ☐ Sim ☐ Não

DM ☐ Sim ☐ Não **Etilismo** ☐ Sim ☐ Não

Alergias ☐ Sim ☒ Não

Quais:

Medicamentos em uso

Ass. Enfermagem:

Horário de início do atendimento

H.D.A.

Paciente vítima de acidente de trânsito, lesões graves, sendo a consulta realizada no momento da chegada ao hospital, sendo o paciente encaminhado para o tratamento adequado.

Asma/DPOC ☐ Sim ☒ Não **Angina/AM** ☐ Sim ☒ Não

AVC ☐ Sim ☒ Não **Dist. coag.** ☐ Sim ☒ Não

Convulsões ☐ Sim ☒ Não **Neoplasia** ☐ Sim ☒ Não

IRA/IRC ☐ Sim ☒ Não **Uso de QT** ☐ Sim ☒ Não

Internamento últimos 60d ☐ Sim ☒ Não

Motivo:

Uso de ATBs nos últimos 60d ☐ Sim ☒ Não

Quais:

Cirurgias prévias ☐ Sim ☒ Não

Quais:

Exame físico

Geral: Temperatura °C

ORL:

AR: FR lpm

ACV: PA / mmHg FC bpm

ABD:

SN:

Extremidades:

Hipóteses diagnósticas

1- Fratura dos ossos do membro D.

2- CID 10:

Ass. Médica:





Nome: Alexandre Luiz da Conceição Registro: 1158797
Data da Cirurgia: 13/06/16 Início: _____ Término: _____ Leito: _____
Cirurgião: Dr. Daniel Campos 1º Auxiliar: Dr. Thiago Tavares
2º Auxiliar: _____ 3º Auxiliar: _____ Instrumentador: Widiane
Anestesista: Mirella Tavares

Diagnóstico pré-operatório: Fratura de bacia direita

Diagnóstico pós-operatório: O mesmo

Cirurgia Proposta: Tratamento cirúrgico de fratura de bacia + osteotomia de Joelha + Linfoplastia da tunda pabter
Cirurgia Realizada: A mesma

Relatório imediato do patologista: Ø

Exame radiológico no ato: Interrupção

Intercorrências durante a cirurgia: Necessidade de abris o focos de fratura pois tinha partes moles interpostas

Descrição Cirúrgica

Via de acesso, tática e técnica, ligaduras, drenagem, sutura, material empregado, aspecto vísceras.

- 1) Paciente em PNH + raspagem + redução
- 2) Anestesia + antiespasmódico + grossa de campos e drenagem
- 3) Incisão em fossa anterior de Joelha L. de T. com + drenagem por planos + osteotomia de Joelha + expansão de placa tibial
- 4) Introdução de fio guia em pelvis lateral + furo de poro proximal da oxa com moles
- 5) Incisão em região antrolateral de joelho por na septura de fratura + drenagem por planos + redução de partes moles de fratura de bacia + redução de fratura
- 6) Ressecção da canal medular
- 7) Introdução de haste de bacia Tarmun 141350 + S parafusos de





ADMISSÃO

F.INS.50

NOME COMPLETO: Alexandre Luiz da Conceição
DATA DE NASCIMENTO: 1 / 1
REGISTRO:
DATA DA ADMISSÃO: 11/06/16

ALEXANDRE LUIZ DA CONCEIÇÃO

Nasc: 03/06/1979 - 37a0m8d
Reg: 1169714 - Pront: 000350195
UNIMED RECIFE/EM - Sexo: M
Entrada: 11/06/2016 - Hora: 10:41
Matricula: 9940018506717001
N. Soc:



Leito: URGEM

MÉDICO ASSISTENTE: MA: Dr. Antônio Horato FONE:
QUEIXA PRINCIPAL/DURAÇÃO: Ex dos Ombos do Braço (D)

H.D.A.:

Paciente vítima de acidente de trânsito há 2 dias, não guarda a consciência, vômitos. Pulso de importância para a definição de lesões. Externos e Externos no Hemisfério da esquerda. Externos de fratura dos ombros do Braço (D).

AR: FR _____ irpm SaT_{O₂}: _____

TEMPERATURA: _____ °C

ACV: PA _____ / _____ mmHg FC _____ bpm

ABD:

SNC:

EXTREMIDADES:

Elaborador: COMISSÃO DE PRONTUÁRIO
Aprovador: ADRIANA PASSOS
Homologador: SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE
Data da Emissão: 03/09/2014 Revisão: 01 Data da Revisão: 03/09/2016 Página: 1 de 2

Dr. Lucas M. C.



Número do documento: 17021517134629800000017376606

REDE / DR SÃO LUIZ	FORMULÁRIO INSTITUCIONAL				ESPERANÇA
	Elaboração 06/11/2014	Efetivação 28/04/2016	Código: HESP.INS.FOR.54	Versão: 01	
PRESCRIÇÃO DE ENFERMAGEM					

NOME	ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO	
DATA	11/06/16	Nasc: 03/06/1979 - 37a0m8d
REGISTRO		Reg: 1158/97 - Front: 000350195
LEITO		UNIMED RECIFE/PL - Sexo: M
DIAGNÓSTICO	F. de T. b. i. o	Entrada: 11/06/2016 - Hora: 14:49
		Matricula: 09940018506717001
		N. Soc:
		Leito: 220-B

RISCO DE LESÃO DE PEELE ASSOCIADO AO DIMINUIÇÃO DA MOBILIDADE NO LEITO EVIDENCIADO PELO ESCORE DA ESCALA DE BRADEN													
CD:	<input type="checkbox"/> MUDANÇA DE DECÚBITO DE 3/3h	08	11	14	17	20	23	02	05	08	11	14	17
RISCO DE ITU EM PACIENTES COM RC OLIGURICOS													
CD:	<input type="checkbox"/> SVA 3 X SEMANA CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA.												
RISCO DE FLEBITE ASSOCIADO AO USO DE ACESSOS VENOSOS PERIFÉRICOS E/OU UTILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ALTA VIGILÂNCIA E/OU DE ALTA TOXICIDADE LOGÍSTICOS EBCALA DE MADOX.													
	<input checked="" type="checkbox"/> TROCA DE AVP A CADA 72h	INT 11/06 TROCA 14/06											
CD:	<input type="checkbox"/> TROCA DE EQUIPO A CADA 72h.												
	<input type="checkbox"/> VIGILÂNCIA DO SÍTIO DE PUNÇÃO.												
RISCO DE SANGRAMENTO ASSOCIADO AO USO DE MEDICAMENTO DE ALTA VIGILÂNCIA													
	<input type="checkbox"/> USO DE ANTICOAGULANTES (HEMOFOL / HEPARINA EM ALTA DOSAGEM).												
CD:	<input type="checkbox"/> PROCEDIMENTO CIRÚRGICO: _____												
	<input type="checkbox"/> MEDIR DÉBITO DE DRENO A CADA 12h.												
	<input type="checkbox"/> VIGILÂNCIA CLÍNICA/ SSVV.												
RISCO PARA DISTÚRBIO DE EQUILÍBRIO HÍDRICO E/OU ELÉTRICO ASSOCIADO AO USO DE MEDICAMENTO DE ALTA VIGILÂNCIA													
	<input type="checkbox"/> CLORETO DE POTÁSSIO.												
	<input type="checkbox"/> CLORETO DE SÓDIO 20%.												
	<input type="checkbox"/> SULFATO DE MAGNÉSIO 50%.												
	<input type="checkbox"/> ADRENALINA.												
CD:	<input type="checkbox"/> VIGILÂNCIA DE FC/PA.												
	<input type="checkbox"/> MONITORIZAÇÃO CLÍNICA (SINCOPE; TONTURA).												
RISCO DE HIPOGLICEMIA ASSOCIADO AO USO DE MEDICAMENTO DE ALTA VIGILÂNCIA													
CD:	<input type="checkbox"/> INSERÇÃO NO PROTOCOLO DE CONTROLE DE CONTROLE GLICÊMICO.												
	<input type="checkbox"/> MONITORIZAÇÃO DE ESCALA DE COMA DE GLASGOW.												
RISCO DE BRONCOPNEUMONIA ASSOCIADO AO USO DE MEDICAMENTO DE ALTA VIGILÂNCIA													
	<input type="checkbox"/> MANTER CABECEIRA A 45°												
	07h - 19h 19h - 07h												
CD:	<input type="checkbox"/> ASPIRAR VIAS AERÉAS S/N.												
	<input type="checkbox"/> MANTER DECÚBITO ELEVADO DURANTE AS MOBILIZAÇÕES DO PACIENTE.												
	<input type="checkbox"/> MANTER O USO DE PERÍOGARD EM PACIENTE TQT.												





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0007530-28.2017.8.17.2001**

AUTOR: ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

DESPACHO

Vistos etc...

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, em que é necessária a realização de perícia para verificar a existência e o grau da suposta lesão sofrida pelo demandante em virtude de acidente de trânsito, em conformidade com a Lei de DPVAT.

Para isso, nomeio como perito do juízo o médico ortopedista Dr. Renato Paes Barreto, e-mail: renatopaesbarreto@hotmail.com, devendo este ser intimado para realizar a perícia designada, ficando ciente da data e hora aqui informadas.

Intime-se o autor, através de seu advogado e também por carta com AR, para que compareça no dia **15 de junho de 2017, quinta-feira, às 14:00 horas, no Memorial Ortopedia e Traumatologia, situado à Rua das Fronteiras, nº 83, Boa Vista, Recife-PE**, telefone 3221-5514, afim de realizar o exame pericial.

Deve o autor levar no dia da perícia os **exames médicos da lesão alegada** já realizados.

Os honorários periciais serão suportados pela demandada, devendo esta ser CITADA para depositá-los em juízo na Caixa Econômica Federal deste Fórum, no prazo de **10 (dez) dias**, no valor de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, sob pena de bloqueio de valores via BACENJUD. Só após a juntada nos autos da perícia, será o réu intimado para contestar.

Após o protocolamento da perícia, já tendo a ré pago os honorários, libere-se o alvará para o perito. Caso não tenha havido o pagamento, voltem-me concluso, certificando-se.

Advirto que o não comparecimento do autor sem justo motivo ensejará a extinção do feito COM resolução do mérito.

Publique-se. Intime-se as partes e o perito. Cumpra-se.

Recife, 10 de maio de 2017.

Rafael de Menezes



Juiz de Direito

Danielly Miranda
Assessora



AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0007530-28.2017.8.17.2001

AUTOR: ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

RECIFE, 12 de maio de 2017.

CARTA DE INTIMAÇÃO

Destinatário(s):

Nome: ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO

Endereço: AV BELÉM DE JUDÁ, 58, CASA, DOIS CARNEIROS, JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE - CEP: 54290-000

Através da presente, fica V. Sa. INTIMADO(A) do teor do(a) DESPACHO, proferido(a) na ação em epígrafe que tramita perante o Juízo acima indicado, cuja cópia segue em anexo como parte(s) integrante(s) deste.

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio da parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, SAMARA OLIVEIRA DE MELO, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

SAMARA OLIVEIRA DE MELO

Diretoria Cível do 1º Grau

Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0007530-28.2017.8.17.2001

AUTOR: ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 26ª Vara Cível da Capital, fica V. Sa. intimada do inteiro teor do Despacho de ID 19751248, conforme segue transcrito abaixo:

" DESPACHO Vistos etc... Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, em que é necessária a realização de perícia para verificar a existência e o grau da suposta lesão sofrida pelo demandante em virtude de acidente de trânsito, em conformidade com a Lei de DPVAT. Para isso, nomeio como perito do juízo o médico ortopedista Dr. Renato Paes Barreto, e-mail: renatopaesbarreto@hotmail.com, devendo este ser intimado para realizar a perícia designada, ficando ciente da data e hora aqui informadas. Intime-se o autor, através de seu advogado e também por carta com AR, para que compareça no dia 15 de junho de 2017, quinta-feira, às 14:00 horas, no Memorial Ortopedia e Traumatologia, situado à Rua das Fronteiras, nº 83, Boa Vista, Recife-PE, telefone 3221-5514, afim de realizar o exame pericial. Deve o autor levar no dia da perícia os exames médicos da lesão alegada já realizados. Os honorários periciais serão suportados pela demandada, devendo esta ser CITADA para depositá-los em juízo na Caixa Econômica Federal deste Fórum, no prazo de 10 (dez) dias, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), sob pena de bloqueio de valores via BACENJUD. Só após a juntada nos autos da perícia, será o réu intimado para contestar. Após o protocolamento da perícia, já tendo a ré pago os honorários, libere-se o alvará para o perito. Caso não tenha havido o pagamento, voltem-me conclusos, certificando-se. Advirto que o não comparecimento do autor sem justo motivo ensejará a extinção do feito COM resolução do mérito. Publique-se. Intime-se as partes e o perito. Cumpra-se. Recife, 10 de maio de 2017. Rafael de Menezes Juiz de Direito"

RECIFE, 12 de maio de 2017.

SAMARA OLIVEIRA DE MELO

Diretoria Cível do 1º Grau



AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0007530-28.2017.8.17.2001

AUTOR: ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

RECIFE, 12 de maio de 2017.

CARTA DE INTIMAÇÃO

Destinatário(s):

Nome: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Através da presente, fica V. Sa. INTIMADO(A) do teor do(a) DESPACHO, proferido(a) na ação em epígrafe que tramita perante o Juízo acima indicado, cuja cópia segue em anexo como parte(s) integrante(s) deste.

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio da parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, SAMARA OLIVEIRA DE MELO, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

SAMARA OLIVEIRA DE MELO

Diretoria Cível do 1º Grau

Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0007530-28.2017.8.17.2001

AUTOR: ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que intimei o perito Dr. Renato Paes Barreto, conforme cópia de e-mail colacionada. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 12 de maio de 2017.

SAMARA OLIVEIRA DE MELO

Diretoria Cível do 1º Grau



ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente: "Diretoria Cível - 1 Grau - Perícia" <diretoria.civel.1grau.pericia@tjpe.jus.br>
Para: renatopaesbarreto@hotmail.com
Data: 12/05/2017 16:53 (agora)
Assunto: Perícia 0007530-28.2017.8.17.2001 26ª B

Ilmo Sr., Renato Paes Barreto,

Em face do despacho ID 19751248 proferido nos autos do processo nº **0007530-28.2017.8.17.2001** da 26ª Vara Cível - Seção B, ajuizado por **ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO**, contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, fica V.S.^a notificado do seguinte trecho do aludido despacho:

“DESPACHO Vistos etc... Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, em que é necessária a realização de perícia para verificar a existência e o grau da suposta lesão sofrida pelo demandante em virtude de acidente de trânsito, em conformidade com a Lei de DPVAT. Para isso, nomeio como perito do juízo o médico ortopedista Dr. Renato Paes Barreto, e-mail: renatopaesbarreto@hotmail.com, devendo este ser intimado para realizar a perícia designada, ficando ciente da data e hora aqui informadas. Intime-se o autor, através de seu advogado e também por carta com AR, para que compareça no dia 15 de junho de 2017, quinta-feira, às 14:00 horas, no Memorial Ortopedia e Traumatologia, situado à Rua das Fronteiras, nº 83, Boa Vista, Recife-PE, telefone 3221-5514, afim de realizar o exame pericial. Deve o autor levar no dia da perícia os exames médicos da lesão alegada já realizados. Os honorários periciais serão suportados pela demandada, devendo esta ser CITADA para depositá-los em juízo na Caixa Econômica Federal deste Fórum, no prazo de 10 (dez) dias, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), sob pena de bloqueio de valores via BACENJUD. Só após a juntada nos autos da perícia, será o réu intimado para contestar. Após o protocolamento da perícia, já tendo a ré pago os honorários, libere-se o alvará para o perito. Caso não tenha havido o pagamento, voltem-me concluso, certificando-se. Advirto que o não comparecimento do autor sem justo motivo ensejará a extinção do feito COM resolução do mérito. Publique-se. Intime-se as partes e o perito. Cumpra-se. Recife, 10 de maio de 2017. Rafael de Menezes Juiz de Direito”

OBS: Quando da apresentação do laudo, o mesmo poderá ser enviado pelo endereço eletrônico, diretoria.civel.1grau.pericia@tjpe.jus.br, no formato PDF com menos de 1,5 mb cada arquivo.

Comunico, por fim, que envio link dos autos – drive.google.com/open?id=0Bx5w46jKyGu3bVN5SVh4ZTdtRHM

- e que V.S.^a deverá acusar o recebimento desta mensagem

Samara Oliveira de Melo
Técnico Judiciário - mat- 186428-9
Diretoria Cível do 1º Grau
Tel - 3181-0753



AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0007530-28.2017.8.17.2001

AUTOR: ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a INTIMAÇÃO de ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO . O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 2 de junho de 2017

ROBERTO FERREIRA DA SILVA

Diretoria Cível do 1º Grau



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

ENDEREÇO

Nome: ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO
Endereço: AV BELÉM DE JUDÁ, 58, CASA, DOIS CARNEIROS, JABOATÃO
DOS GUARARAPES - PE - CEP: 54290-000

CEP / CODE P

PAÍS / PAYS

0007530-28.2017.8.17.2001

ID 19838259

5

DECLARAÇÃO

INTIMAÇÃO Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

RAZÃO DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

CRIMÉO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

18/05/17

13 MAI 2017

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

LO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07



JR 788593455B

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / L'ADRESSE

DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL

FORUM DESEMBARGADOR RODOLFO ALFELTANT 1º ANDAR

AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARREIRO, 3/Nº

CIDADE / LOCALITÉ

ILHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE- CEP: 50080900

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--



Assinado eletronicamente por: ROBERTO FERREIRA DA SILVA - 02/06/2017 12:17:50

<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17060212175006100000020254068>

Número do documento: 17060212175006100000020254068

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL DA COMARCA RECIFE/PE

Ref. Processo nº0007530-28.2017.8.17.2001

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA**, que lhe move **ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO**, respeitosamente a presença de V.Exa., apresentar sua

CONTESTAÇÃO

com fulcro nos **artigos 335 e seguintes do CPC** e demais cominações legais pertinentes à espécie, pelas razões de fato e de direito a seguir articuladas.

DOS FATOS

Alega a autora ser beneficiária do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil dos Proprietários de Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, tendo em vista o acidente automobilístico causado por veículo identificado, ocorrido em **11/06/2016**, no qual sofrera lesões, acreditando fazer *jus* ao recebimento junto a Seguradora - Ré, de indenização por invalidez permanente de acordo com o previsto em lei.

Para tanto, ingressou com a presente demanda objetivando o recebimento da suposta verba



indenizatória, com juros de mora e correção monetária, além do pagamento das custas e honorários advocatícios.

PRELIMINARMENTE

DA IMPRESCINDÍVEL OITIVA DO AUTOR EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO E A REALIZAÇÃO DO EXAME MÉDICO PERICIAL

Inicialmente, a peticionante pugna pelo agendamento da Audiência de Instrução e Julgamento, a fim de que seja a parte demandante ouvida para os devidos esclarecimentos, tais como: data, local e dinâmica do sinistro, características do veículo causador do acidente, confirmação da legitimidade e se houve ou não acionamento administrativo, assim como o seu resultado sem ou com pagamento da indenização e o respectivo valor.

Ressalte-se que o objeto desta demanda se enquadra perfeitamente no que disciplinam os artigos 357, inciso V, 358 e 361, todos do Código de Processo Civil, requerendo, portanto, o agendamento da AIJ.

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

V - designar, se necessário, audiência de instrução e julgamento.

Art. 358. No dia e na hora designados, o juiz declarará aberta a audiência de instrução e julgamento e mandará apregoar as partes e os respectivos advogados, bem como outras pessoas que dela devam participar.

Art. 361. As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente:

II - o autor e, em seguida, o réu, que prestarão depoimentos pessoais;

Tudo sem prejuízo de outros questionamentos e produção de provas que Vossa Excelência entenda necessária para a comprovação do fato, da lesão alegada e o nexo de causalidade, além dos demais esclarecimentos definitivos à adequada defesa e regular condução do processo.

Soma-se a isso, a necessidade de determinar o Exame Médico Pericial, a fim de que se apure a lesão e a sua quantificação, nos termos da Lei nº 6.194/74 e as suas reformas.

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

É imperativo, ainda, que o ilustre julgador observe atentamente a comprovação do nexo causal entre a invalidez do autor e o suposto acidente automobilístico noticiado, a fim de aferir verossimilhança ao pleito autoral, além de oportunizar à contestante o mais amplo e irrestrito devido processo legal, com a ampla defesa e o contraditório, nos termos do artigo 5º, incisos LIV, LV, da CF/88.



Art. 5º.

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Porquanto, somente através do Boletim de Ocorrência expedido por autoridade policial competente, narrando minuciosamente o ocorrido, bem como a comprovação da lesão e a sua extensão, através de Laudo Oficial do IML, será possível estabelecer o elo entre a alegada invalidez e o acidente automobilístico.

Por fim, faz-se necessário, igualmente, deixar claro a obediência aos Princípios Constitucionais da Razoabilidade e da Proporcionalidade nos eventuais pagamentos das indenizações do Seguro DPVAT, quando se tratar de invalidez permanente.

DO MÉRITO

AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O ACIDENTE E A INVALIDEZ DA VÍTIMA – ILEGIBILIDADE DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

O artigo 5º, § 1º, alínea "a", da Lei 8.441/92, determina:

"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º-A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos:

*a.) **Boletim de Ocorrência Policial no órgão competente, e a prova da causalidade do acidente;** (grifamos).*

No caso, o Boletim de Ocorrência encontra-se absolutamente ilegível.

O acidente de alguém no trânsito, tenha este ocorrido em qualquer época dos últimos anos da vida brasileira, merece mais do que um simples registro para recebimento de seguro, eis que, outro alguém deve ser ao menos investigado para apuração de sua culpabilidade, ainda que apenas culposa.

Aceitar-se que nem ao menos um registro de ocorrência seja lavrado na época da ocorrência do acidente de trânsito, é acreditar-se que a vida neste país não vale nada e que no trânsito pode-se tudo, sem que ao menos a informação do fato seja do interesse da polícia.

A informação dos autos dão conta de que houve acidente automobilístico, com vítima fatal, porém é imprescindível o registro da ocorrência perante autoridade policial, obedecendo, assim, a Lei nº 6.194/74.

O artigo 364 do Código de Processo Civil determina que *"o documento público faz prova não só de sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o tabelião ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença"*.

Corroboram o entendimento de que as informações contidas aos autos não cumprem o objetivo de *"fazer prova do acidente e do dano decorrente"* como é exigido pelo artigo 5º da Lei 6194/74, (redação não alterada pela lei 8.441/92), os seguintes julgados:

"Documento público, contendo declarações de um particular, faz certo, em princípio, que aquelas foram prestadas. Não se firma a presunção, entretanto, de que seu conteúdo corresponde a



verdade. ” (RSTJ 74/292)

“Documento público faz prova dos fatos que o funcionário declarou que ocorreram na sua presença. Assim, tratando-se de declarações de um particular, tem-se como certo, em princípio, que foram efetivamente prestadas. Não, entretanto, que o seu conteúdo corresponda à verdade.” (RSTJ/87/217).

Destarte, conclui-se que o alegado na inicial diz apenas que o interessado sofreu acidente automobilístico, porém não comprova que de fato ocorreu nem que a lesão do autor decorreu do acidente alegado.

Logo, não se pode simplesmente acreditar nas alegações, uma vez que tal fato sequer foi presenciado pelas autoridades competentes, inexistindo assim, nexos de causalidade entre a lesão do autor e o suposto evento danoso.

DA PLENA VALIDADE DA QUITAÇÃO OUTORGADA

Conforme confessado, a autora já recebeu a quantia de **R\$ 7.087,50 (Sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, a título de indenização de seguro obrigatório DPVAT, tendo em vista o acidente automobilístico ocorrido em **11/06/2016**.

Como se vê, a requerente outorgou quitação à Seguradora dando plena, rasa, geral e irrevogável quitação, para mais nada reclamar, seja a que título for, com fundamento no sinistro objeto da lide.

De fato, ao receber o valor apurado e determinado em perícia realizada em processo administrativo, o autor firmou a autorização de pagamento e outorgou quitação.

Como em nenhum momento a autora requereu a desconstituição da quitação por ele outorgada e sequer pretendeu rescindir o pagamento ou questionar a validade da quitação.

E não o fez porque, para assim pretender e requerer precisaria provar que o negócio jurídico seria anulável, por estar maculado com um dos vícios elencados no inciso II do art. 171 do novo Código Civil, que praticamente repete os termos do inciso II do art. 147 do Código Civil de 1916, com esta redação:

“É anulável o ato jurídico:

II - Por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, ou fraude”.

A inicial comprova que a autora não fez qualquer pedido no sentido de desconstituir a quitação. O objeto da lide é tão somente a condenação da Ré na alegada diferença.

Assim, tendo recebido, sem ressalvas, a indenização devida e cabível e não tendo pleiteado a desconstituição da quitação juridicamente perfeita outorgada, falece ao Requerente o direito de requerer a alegada diferença, porque a quitação tem a finalidade imediata e precípua de desonerar o devedor de toda e qualquer responsabilidade acerca da obrigação quitada.

Como não houve alegação e comprovação de erro, dolo, coação, simulação, ou fraude e como o autor em momento algum ataca a autenticidade da autorização de pagamento firmada, esta por si só exaure qualquer outra pretensão complementar.

Assim também entende o legislador, na conformidade do que dispõe o Novo Código Civil Brasileiro no parágrafo único do artigo 320:



“Parágrafo único. Ainda sem os requisitos estabelecidos neste artigo, valerá a quitação, se de seus termos ou das circunstâncias resultar haver sido paga a dívida.”

Sem dúvida, ante a quitação efetuada, não há mais relação jurídica alguma entre as partes, pois não é lícito discutir crédito quitado, sob pena de se ferir ato jurídico perfeito.

As ementas a seguir transcritas, referentes a julgados oriundos de Tribunais de regiões diversas do País e também do E. Superior Tribunal de Justiça consagram o entendimento acima exposto:

“DPVAT. COBRANÇA DE DIFERENÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO AO DIREITO. IMPROCEDÊNCIA QUE SE MANTÉM. Confessando a autora já haver recebido, há cerca de 9 anos, a indenização (DPVAT) em decorrência de morte acidental de filho, para o pedido de complementação deve comprovar o seu direito, pena de improcedência do pedido, pois, a presunção é a de que a quitação seja completa e definitiva.” (TACMG. Apelação Cível nº 382.199-0, 5ª Câmara Civil, Rel. Juiz Francisco Kupidowski, J. 6/02/2003).

“Execução Título Judicial. Arguição de pré-executividade acolhida. Indenização paga integralmente. O recebimento de indenização, e a outorga de recibo de quitação de sinistro – DPVAT, diretamente da seguradora, dando-se o credor por satisfeito de quanto competia receber, com plena rasa e irrevogável quitação de todas as ações e direitos, impõe o encerramento do caso. Recurso improvido.” (TJRJ. Apelação Cível n.º 2000.001.03909, – 14ª Câmara Cível, Rel. Des. Mauro Nogueira, J. 23/01/2001, Registrado em 1º/03/2001).

“Quitação dada pelo credor. Ausência de ressalva. Presunção de que quitado integralmente o débito”. (STJ. RESP n.º 37.475-8-SP (93.0021596-5, 3ª Turma, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, J. 29/11/1993, in D.J. 7/02/1994).

Deste modo, resta comprovada na lei, na doutrina e na jurisprudência a improcedência da presente demanda, com a condenação do autor nas verbas sucumbenciais.

<p style="text-align: center;">VALOR DA INDENIZAÇÃO MEDIDAS PROVISÓRIAS 340/2006 E 451/2008 CONVERTIDA NAS LEIS Nº 11.482/2007 E 11.945/2009</p>

A autora noticia sinistro envolvendo veículo automotor ocorrido em via terrestre no dia **11/06/2016**.

Assim, tendo o sinistro acontecido no ano de 2016, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente as alterações ocorridas na Lei nº. 6.194/74 trazidas pelas Leis nº. 11482/2007 e nº. 11945/2009.

Ressaltamos que o artigo 3º. da Lei nº. 6.194/74 foi alterado pelas leis acima citadas, vejamos o novo texto do artigo 3º. e seu inciso II que trata do valor máximo indenizável no caso de invalidez comprovadamente permanente:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por **invalidez permanente**, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:



I – (...)

II - **ATÉ** R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**; e

III – (...)" (grifos nossos)

Grifamos a palavra “ATÉ”, pois sua observância é fundamental, já que a indenização por invalidez pode variar dependendo do grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pelo autor/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Vejamos a nova redação do § 1º. do artigo 3º., conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei nº. 11945/2009:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de **repercussão intensa**, 50% (cinquenta por cento) para as de **média repercussão**, 25% (vinte e cinco por cento) para as de **leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de **sequelas residuais**.

Ressaltamos que a verificação da perda funcional do membro lesado, somente é possível após restar caracterizado que não há chance de melhora por qualquer forma de terapia relacionada ao caso concreto, o que deve ser definido documentalmente por perito do IML.

Tal exame também está previsto na mesma Lei, no parágrafo 5º. do artigo 5º.:

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até noventa dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

As determinações impostas pela MP 451/2008, convertida na Lei 11.495/2009, confirmaram o entendimento já predominante nos Tribunais de Justiça, inclusive no E. STJ.

No caso em tela, a lesão apresentada pelo autor, de acordo com a TABELA DE INVALIDEZ é correspondente ao grau de redução funcional parcial, motivo pelo qual o valor da indenização pago foi de **R\$ 7.087,50 correspondente ao grau da lesão sofrida pela vítima, conforme perícia realizada durante processo regulatório para pagamento administrativo.**



O SUPERIOR TRIBUNAL JUSTIÇA aprovou o seguinte enunciado de súmula:

DPVAT

O seguro DPVAT é objeto da Súmula 474: “À indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Como se vê, a nova lei nada mais fez do que privilegiar o Princípio Constitucional da Proporcionalidade que permeia todo o nosso ordenamento jurídico, no sentido de verificar caso a caso, a gravidade das lesões sofridas, *“tratando desigualmente os desiguais, a medida que se desigualam”*, pois não seria razoável, fixar um só valor invariável, para cobrir lesões diversas, pois senão, aquele que fraturasse um dedo médio, alcançaria a mesma indenização daquele que viesse a amputar ambos os membros inferiores, por exemplo.

No caso concreto a requerente não carrou aos autos laudo do IML quantificando as lesões de caráter permanente, portanto, deve o feito se extinto sem o julgamento do mérito.

DA CORREÇÃO MONETÁRIA – CONTAGEM INICIAL E CÁLCULO

A incidência da correção monetária nos **débitos decorrentes de decisão judicial** foi instituída pela Lei nº 6.899, de 08.04.81, cujo artigo 1º estabelece:

“A correção monetária incide sobre qualquer débito resultante de decisão judicial, inclusive sobre custas e honorários advocatícios.

§ 1º Nas execuções de títulos de dívida líquida e certa, a correção será calculada a contar do respectivo vencimento.

§ 2º **Nos demais casos**, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação”.

O artigo 2º da lei determinou que o Poder Executivo regulamentasse, em sessenta dias, a forma para o cálculo da correção monetária.

O Poder Executivo cumpriu o que lhe fora determinado, editando o Decreto nº 86.649, de 25 de novembro de 1981. O artigo 1º desse decreto e seu parágrafo único dispõem:

“Art. 1º Quando se tratar de dívida líquida e certa, a correção monetária a que se refere o art. 1º da Lei nº 6.899, de 8 de abril de 1981, será calculada multiplicando-se o valor do débito pelo **coeficiente** obtido mediante a divisão do valor nominal reajustado de uma Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) no mês em que se efetivar o pagamento (**dividendo**) pelo valor da ORTN no mês do vencimento do **título (divisor)**, com abandono dos algarismos a partir da quinta casa decimal, inclusive.

Parágrafo único. **Nos demais casos, o divisor será o valor da ORTN no mês do ajuizamento da ação.”**

A redação supra permite elaborar a seguinte tabela:

NATUREZA DO DÉBITO	DIVIDENDO	DIVISOR
Título de dívida líquida e certa	Valor nominal da ORTN no mês do pagamento	Valor nominal do ORTN no mês do vencimento
Demais casos	Valor nominal da ORTN no	Valor nominal do ORTN



	mês do pagamento	no mês do ajuizamento da ação
--	------------------	-------------------------------

Débito de natureza líquida e certa é aquele que decorre de título com liquidez, certeza e exigibilidade, a teor do **art. 783 do Código de Processo Civil, assim:**

“A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível.”

Por sua vez, o **art. 784 do codex instrumentallis** elenca, nos seus XII incisos, o que deve ser considerado título executivo extrajudicial e entre eles não se encontra o seguro DPVAT. E não se encontra porque, no seguro DPVAT, o pagamento da indenização exige um procedimento, denominado “*regulação de sinistro*”, que consiste na apreciação e crítica de todas as situações fáticas e documentais, **o mesmo acontecendo com o processo judicial, que deve ser precedido de fase instrutória com ampla oportunidade de contraditório.**

O seguro obrigatório DPVAT não se traduz em crédito previamente líquido e certo, incondicionado, posto que suscetível de muitas variantes e controvérsias quer no que concerne à sua própria cobertura, quer ao nexso causal com o acidente de trânsito, legitimidade do beneficiário do seguro, quantum indenizável etc. O seguro DPVAT não reúne os matizes da liquidez, certeza e exigibilidade, imprescindíveis ao título executivo extrajudicial.

É inquestionável, portanto, que a correção monetária, na ação relativa ao seguro DPVAT, inclui-se **NOS DEMAIS CASOS** previstos na Lei nº 6.899/81, devendo o seu cálculo levar em consideração, como **DIVISOR**, o índice de atualização vigente **NO MÊS DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO.**

Qualquer decisão que conduza a coeficiente que leve em consideração outro *DIVISOR* representa uma afronta direta à Lei nº 6.899/81 e ao Decreto nº 86.649/81, que a regulamentou.

JUROS MORATÓRIOS – CABÍVEIS APENAS A PARTIR DA CITAÇÃO

Sendo a **Mora** o ato de tardar, delongar a execução ou o cumprimento de uma obrigação no momento convencionado, e considerando, por sua vez, que **Juros** são a remuneração do capital ou a retribuição que o credor recebe do devedor pela **demora** no pagamento do que é devido àquele, tem-se, assim, que **juros de mora** compreendem a sanção que o devedor inadimplente deve suportar pelo não pagamento tempestivo da sua dívida.

O devedor, porém, só se torna inadimplente a partir do instante em que deixou de pagar o que devia. **Antes disso, não há mora. Por conseguinte, juros não são devidos.**

A mora inexistente, se ao devedor não for imputado fato ou omissão que a ela tenha dado causa (Código Civil, art. 396). Apenas nos casos em que a obrigação decorra de ato ilícito, a mora incide desde a prática do ato (Código Civil, art. 398).

É significativo observar que os artigos acima mencionados, integrantes do Código Civil de 2002, praticamente repetem a redação do Código de 1916 sendo que alguns artigos conservam integralmente a redação anterior (v.g., 396/963, 397/960). **Isto importa em concluir que, neste ponto, a mens legislatoris de 1916 se manteve inalterada, o que constitui inabalável razão para ser respeitada.**

O seguro DPVAT materializa-se por meio de um contrato *sui generis*, mas sempre um contrato.



Sendo, como é, um contrato de seguro, não foge à índole eminentemente indenizatória que o caracteriza, nos exatos termos dos artigos 757 e 781 do Código Civil, de vez que o *interesse legítimo* do segurado não pode ser superior aos seus *reais prejuízos* e a *indenização* não pode ultrapassar o valor desse interesse. Outra não era a regra estampada no artigo 1.432 do Código Civil de 1916.

A responsabilidade que decorre desse pacto para ambas as partes É CONTRATUAL E NÃO EXTRACONTRATUAL.

A obrigação que flui do contrato de seguro, qualquer que seja ele, inclusive o DPVAT, não é líquida e certa, de vez que o pagamento da indenização exige um procedimento, denominado “*regulação de sinistro*”, que consiste na apreciação e crítica de todas as situações fáticas e documentais, o mesmo acontecendo com o processo judicial, que deve ser precedido de fase instrutória com ampla oportunidade de contraditório. Se a obrigação fosse líquida, certa e exigível, a cobrança do seguro DPVAT seria executiva. No entanto, o art. 10 da Lei n.º 6.194 prevê o procedimento sumaríssimo (atual, sumário) nas ações respectivas.

É óbvio que a seguradora só sabe que ocorreu um sinistro capaz de gerar obrigação de indenizar se o interessado, beneficiário ou segurado, apresentar reclamação administrativa ou acioná-la judicialmente.

Portanto, é antijurídica a contagem de juros a partir do sinistro ou do pagamento efetuado em sede administrativa, porque a transação em si não significa a prática de qualquer delito de parte da seguradora, única situação em que a mora incide desde a prática do ato (Cód. Civil, art. 398). E a mora inexistente, se ao devedor não for imputado fato ou omissão que a ela tenha dado causa (Cód. Civil, art. 396).

Nas ações judiciais, o Código Civil é taxativo ao estabelecer: “**Contam-se os juros de mora desde a citação inicial**” (art. 405).

Esse tema foi pacificado através da **Súmula n.º 426 do STJ**:

“**Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.**”

Portanto, os juros são devidos a partir da citação, conforme determina a lei.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Tendo em vista o baixo grau de complexidade do feito, sua natureza, o local onde tramita e a celeridade da demanda, em caso de condenação, o que se admite apenas por argumentar, requer sejam fixados os honorários advocatícios no mínimo legal de 10%, conforme dispõe o **artigo 85, § 2º do CPC**.

Contudo, se isto não ocorrer, sendo o autor beneficiário de assistência judiciária gratuita se requer que seja respeitado o limite de 15% estabelecido pelo art. 11, §1º, da Lei nº 1.060/50, que determina:

“Art. 11. Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciais serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§ 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz **até o máximo de 15% (quinze por cento)** sobre o líquido apurado na execução da sentença.” (grifo nosso)



Nesse sentido, já se pronunciou nossa jurisprudência:

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO – 1. Apontando a parte embargante que houve condenação em honorários fora dos limites do art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060/50, dele não cuidando o Acórdão recorrido, impõe-se a integração, ainda mais considerando a divergência jurisprudencial que existe sobre o ponto. 2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ – REsp – 297716 – MG – 3ª T. – Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito – DJU 01.10.2001 – p. 00211)

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

EMBARGOS DECLARATÓRIOS – AJG – VERBA ADVOCATÍCIA FIXADA EM PERCENTUAL QUE EXCEDE À LIMITAÇÃO DA LEI 1.060/50 – PREQUESTIONAMENTO – Equívoco na fixação dos honorários de advogado em 20% do valor da condenação. Afronta ao art. 11, § 1º da Lei 1.060/50. Limitação ao percentual de 15% que se impõe. Ausência de omissão substancial na apreciação da controvérsia jurídica central, segundo estabelece o art. 535, II do CPC. (TJRS – EDcl 70005256284 – 9ª C.Cív. – Rel. Des. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino – J. 27.11.2002)

Assim, requer que, havendo condenação ao pagamento de honorários advocatícios, que seja arbitrada no mínimo legal (10%) e, se isto não ocorrer, que seja observado o teto estabelecido pela Lei de Assistência Judiciária Gratuita de 15% sobre o valor da condenação.

DA CONCLUSÃO

Ante tudo o quanto foi exposto, requer seja julgado improcedente o pleito autoral, com base no **artigo 487, I do CPC**, em razão da perda do objeto, pelo fato de a indenização já ter sido paga e plena quitação outorgada pela autora quando do recebimento da indenização.

Caso este não seja o entendimento de Vossa Excelência, que seja determinada a realização de perícia por parte do IML. Para tanto, requer a ré a juntada do rol de quesitos a serem respondidos pelos peritos, consignando, na oportunidade, que os honorários periciais fiquem a cargo da parte autora.

Requer sejam observadas as alterações trazidas pelas Medidas Provisórias nº 340/2006 e 451/2008, mantidas pelas Leis 11482/2007 e 11.945/2009, tanto no valor máximo indenizatório fixado quanto pelo que prevê que a invalidez é parcial ou total.

Requer sejam os juros contabilizados desde a citação válida e a correção monetária desde o ajuizamento da ação.

Protestando provar o exposto pelo depoimento pessoal da autora, sob pena de confesso a fim de seja confirmado se recebeu a indenização por livre e espontânea vontade sem coação ou qualquer vício; bem como de prova testemunhal e juntada de documentos suplementares.

Por fim, vem, requerer a inclusão do nome da advogada **DRA. MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS**, inscrita na OAB/PE sob o n.º **29.559**, na capa dos autos a fim de que a mesma seja intimada e notificada de todos os atos judiciais que se fizerem acontecer, sob pena de nulidade nos termos dos **Arts. 272 e seguinte do CPC**.



Nestes Termos,
Pede deferimento

Recife/ PE, 14 de Junho de 2017.

MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS
OAB/PE 29.559

QUESITOS

- 1 - Queira o Dr. Perito esclarecer qual o tipo de lesão apresentada pelo periciado.
- 2- Queira o Sr. Perito informar se existe nexa causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no autor.
- 3 - Queira o Dr. Perito esclarecer se a lesão sofrida pelo periciado é de molde a deixar seqüelas que resultem na sua invalidez permanente.
- 4- Queira o Dr. Perito esclarecer se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função de acidente automobilístico ou outras causas.
- 5- Queira o Dr. Perito esclarecer se a perda ou diminuição de função de algum órgão do periciado é de caráter temporário ou definitivo; e em que percentual este órgão está lesionado.
- 6-Queira o Dr. Perito esclarecer tudo o que mais julgue necessário.

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-	



comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do braço	10





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 158.222, na OAB/CE sob o nº 16045 e na OAB/PE sob o nº 1170-A; **LIANA CLODES BASTOS FURTADO**, inscrita na OAB/CE sob o nº 16897 e na OAB/PE sob o nº 1171-A; **RICARDO LASMAR SODRÉ**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 88.826; **RAFAEL DE MORAES CORDEIRO ORLANDO**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 135.625; **MARCELLE SOARES FARIA ROSA**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 111323; **DINA CLAUDIA DOS REIS PEREIRA SOARES**, inscrita na OAB/MA sob o nº 11.143-A; **MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS**, inscrita na OAB/PE sob o nº 29.559; **RAQUEL QUEIROZ LIMA**, inscrita na OAB/CE sob o nº 17926; **ANTONIO DOS SANTOS MOTA**, inscrito na OAB/CE sob o nº 19283; **JEANN CALIXTO SOUSA OLIVEIRA**, inscrito na OAB/MA sob o nº 9163; **SIDNEI DE OLIVEIRA PAULO**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 171.129; TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA ALDAIRTON CARVALHO SOCIEDADE DE ADVOGADOS S/S, com escritório na Av. Rio Branco, nº 248, 8º andar, CEP 20.040-009 - Centro- Rio de Janeiro, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Julzo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, **ficando, desde já,**

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro





Seguradora Líder - DPVAT

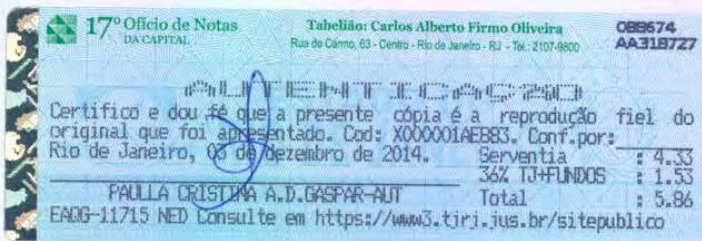
VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

1º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ
MARCIO BARBOSA NORTON (X000000BF596)
Rio de Janeiro, 28 de maio de 2014. Conf. por:
Em testemunho de verdade. Serventia 36% TJ+FUNDOS
Geovani Alves Cunha, Aut. Total
EAGL-62523 GUK. EAGL-62524 MUR
10015 Consulte em <https://www3.tirijus.br/sitepublico>



Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.

Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 15/06/2017 15:15:55
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17061515125560400000020626905>
 Número do documento: 17061515125560400000020626905

os terceiros, sob o sigilo e confidencialidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia. Artigo 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/78, cabendo à administração zelar-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e condições. Artigo 31 - A Companhia obedecerá integralmente o Conselho de Administração, zelar-se de cumprir os votos dos acionistas e dos mencionados acordos de acionistas. Artigo 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros físicos, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade funcional, a defesa em processo judicial e na forma definida pela Diretoria. Artigo 32 - Os administradores e os conselheiros físicos e não físicos instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia. Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no inciso II do § 2º do artigo 160, a Companhia manterá controle de responsabilidade civil (seguro D&O) dos seus administradores, dirigentes e conselheiros físicos para resguardar a integridade financeira ou latos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos. Artigo 33 - O Conselho de Administração da Companhia tem sede social no endereço a seguir: Rua do Comércio do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nº 100, 1º andar, 2º andar, 3º andar, 4º andar, 5º andar, 6º andar, 7º andar, 8º andar, 9º andar, 10º andar, 11º andar, 12º andar, 13º andar, 14º andar, 15º andar, 16º andar, 17º andar, 18º andar, 19º andar, 20º andar, 21º andar, 22º andar, 23º andar, 24º andar, 25º andar, 26º andar, 27º andar, 28º andar, 29º andar, 30º andar, 31º andar, 32º andar, 33º andar, 34º andar, 35º andar, 36º andar, 37º andar, 38º andar, 39º andar, 40º andar, 41º andar, 42º andar, 43º andar, 44º andar, 45º andar, 46º andar, 47º andar, 48º andar, 49º andar, 50º andar, 51º andar, 52º andar, 53º andar, 54º andar, 55º andar, 56º andar, 57º andar, 58º andar, 59º andar, 60º andar, 61º andar, 62º andar, 63º andar, 64º andar, 65º andar, 66º andar, 67º andar, 68º andar, 69º andar, 70º andar, 71º andar, 72º andar, 73º andar, 74º andar, 75º andar, 76º andar, 77º andar, 78º andar, 79º andar, 80º andar, 81º andar, 82º andar, 83º andar, 84º andar, 85º andar, 86º andar, 87º andar, 88º andar, 89º andar, 90º andar, 91º andar, 92º andar, 93º andar, 94º andar, 95º andar, 96º andar, 97º andar, 98º andar, 99º andar, 100º andar, 101º andar, 102º andar, 103º andar, 104º andar, 105º andar, 106º andar, 107º andar, 108º andar, 109º andar, 110º andar, 111º andar, 112º andar, 113º andar, 114º andar, 115º andar, 116º andar, 117º andar, 118º andar, 119º andar, 120º andar, 121º andar, 122º andar, 123º andar, 124º andar, 125º andar, 126º andar, 127º andar, 128º andar, 129º andar, 130º andar, 131º andar, 132º andar, 133º andar, 134º andar, 135º andar, 136º andar, 137º andar, 138º andar, 139º andar, 140º andar, 141º andar, 142º andar, 143º andar, 144º andar, 145º andar, 146º andar, 147º andar, 148º andar, 149º andar, 150º andar, 151º andar, 152º andar, 153º andar, 154º andar, 155º andar, 156º andar, 157º andar, 158º andar, 159º andar, 160º andar, 161º andar, 162º andar, 163º andar, 164º andar, 165º andar, 166º andar, 167º andar, 168º andar, 169º andar, 170º andar, 171º andar, 172º andar, 173º andar, 174º andar, 175º andar, 176º andar, 177º andar, 178º andar, 179º andar, 180º andar, 181º andar, 182º andar, 183º andar, 184º andar, 185º andar, 186º andar, 187º andar, 188º andar, 189º andar, 190º andar, 191º andar, 192º andar, 193º andar, 194º andar, 195º andar, 196º andar, 197º andar, 198º andar, 199º andar, 200º andar, 201º andar, 202º andar, 203º andar, 204º andar, 205º andar, 206º andar, 207º andar, 208º andar, 209º andar, 210º andar, 211º andar, 212º andar, 213º andar, 214º andar, 215º andar, 216º andar, 217º andar, 218º andar, 219º andar, 220º andar, 221º andar, 222º andar, 223º andar, 224º andar, 225º andar, 226º andar, 227º andar, 228º andar, 229º andar, 230º andar, 231º andar, 232º andar, 233º andar, 234º andar, 235º andar, 236º andar, 237º andar, 238º andar, 239º andar, 240º andar, 241º andar, 242º andar, 243º andar, 244º andar, 245º andar, 246º andar, 247º andar, 248º andar, 249º andar, 250º andar, 251º andar, 252º andar, 253º andar, 254º andar, 255º andar, 256º andar, 257º andar, 258º andar, 259º andar, 260º andar, 261º andar, 262º andar, 263º andar, 264º andar, 265º andar, 266º andar, 267º andar, 268º andar, 269º andar, 270º andar, 271º andar, 272º andar, 273º andar, 274º andar, 275º andar, 276º andar, 277º andar, 278º andar, 279º andar, 280º andar, 281º andar, 282º andar, 283º andar, 284º andar, 285º andar, 286º andar, 287º andar, 288º andar, 289º andar, 290º andar, 291º andar, 292º andar, 293º andar, 294º andar, 295º andar, 296º andar, 297º andar, 298º andar, 299º andar, 300º andar, 301º andar, 302º andar, 303º andar, 304º andar, 305º andar, 306º andar, 307º andar, 308º andar, 309º andar, 310º andar, 311º andar, 312º andar, 313º andar, 314º andar, 315º andar, 316º andar, 317º andar, 318º andar, 319º andar, 320º andar, 321º andar, 322º andar, 323º andar, 324º andar, 325º andar, 326º andar, 327º andar, 328º andar, 329º andar, 330º andar, 331º andar, 332º andar, 333º andar, 334º andar, 335º andar, 336º andar, 337º andar, 338º andar, 339º andar, 340º andar, 341º andar, 342º andar, 343º andar, 344º andar, 345º andar, 346º andar, 347º andar, 348º andar, 349º andar, 350º andar, 351º andar, 352º andar, 353º andar, 354º andar, 355º andar, 356º andar, 357º andar, 358º andar, 359º andar, 360º andar, 361º andar, 362º andar, 363º andar, 364º andar, 365º andar, 366º andar, 367º andar, 368º andar, 369º andar, 370º andar, 371º andar, 372º andar, 373º andar, 374º andar, 375º andar, 376º andar, 377º andar, 378º andar, 379º andar, 380º andar, 381º andar, 382º andar, 383º andar, 384º andar, 385º andar, 386º andar, 387º andar, 388º andar, 389º andar, 390º andar, 391º andar, 392º andar, 393º andar, 394º andar, 395º andar, 396º andar, 397º andar, 398º andar, 399º andar, 400º andar, 401º andar, 402º andar, 403º andar, 404º andar, 405º andar, 406º andar, 407º andar, 408º andar, 409º andar, 410º andar, 411º andar, 412º andar, 413º andar, 414º andar, 415º andar, 416º andar, 417º andar, 418º andar, 419º andar, 420º andar, 421º andar, 422º andar, 423º andar, 424º andar, 425º andar, 426º andar, 427º andar, 428º andar, 429º andar, 430º andar, 431º andar, 432º andar, 433º andar, 434º andar, 435º andar, 436º andar, 437º andar, 438º andar, 439º andar, 440º andar, 441º andar, 442º andar, 443º andar, 444º andar, 445º andar, 446º andar, 447º andar, 448º andar, 449º andar, 450º andar, 451º andar, 452º andar, 453º andar, 454º andar, 455º andar, 456º andar, 457º andar, 458º andar, 459º andar, 460º andar, 461º andar, 462º andar, 463º andar, 464º andar, 465º andar, 466º andar, 467º andar, 468º andar, 469º andar, 470º andar, 471º andar, 472º andar, 473º andar, 474º andar, 475º andar, 476º andar, 477º andar, 478º andar, 479º andar, 480º andar, 481º andar, 482º andar, 483º andar, 484º andar, 485º andar, 486º andar, 487º andar, 488º andar, 489º andar, 490º andar, 491º andar, 492º andar, 493º andar, 494º andar, 495º andar, 496º andar, 497º andar, 498º andar, 499º andar, 500º andar, 501º andar, 502º andar, 503º andar, 504º andar, 505º andar, 506º andar, 507º andar, 508º andar, 509º andar, 510º andar, 511º andar, 512º andar, 513º andar, 514º andar, 515º andar, 516º andar, 517º andar, 518º andar, 519º andar, 520º andar, 521º andar, 522º andar, 523º andar, 524º andar, 525º andar, 526º andar, 527º andar, 528º andar, 529º andar, 530º andar, 531º andar, 532º andar, 533º andar, 534º andar, 535º andar, 536º andar, 537º andar, 538º andar, 539º andar, 540º andar, 541º andar, 542º andar, 543º andar, 544º andar, 545º andar, 546º andar, 547º andar, 548º andar, 549º andar, 550º andar, 551º andar, 552º andar, 553º

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09/02/2009. 1. Data-base e local: Da 09/02/2009, às 10h00min, no sede social da Companhia, situada na Rua Canaãville, 65, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. 2. Convocação: Edital de Convocação publicado nos dias 23, 26 e 27/02/2009 no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 354, de 23/02/2009. 3. Assista: 354, de 23/02/2009. 4. Assista: 354, de 23/02/2009. 5. Assista: 354, de 23/02/2009. 6. Assista: 354, de 23/02/2009. 7. Assista: 354, de 23/02/2009. 8. Assista: 354, de 23/02/2009. 9. Assista: 354, de 23/02/2009. 10. Assista: 354, de 23/02/2009. 11. Assista: 354, de 23/02/2009. 12. Assista: 354, de 23/02/2009. 13. Assista: 354, de 23/02/2009. 14. Assista: 354, de 23/02/2009. 15. Assista: 354, de 23/02/2009. 16. Assista: 354, de 23/02/2009. 17. Assista: 354, de 23/02/2009. 18. Assista: 354, de 23/02/2009. 19. Assista: 354, de 23/02/2009. 20. Assista: 354, de 23/02/2009. 21. Assista: 354, de 23/02/2009. 22. Assista: 354, de 23/02/2009. 23. Assista: 354, de 23/02/2009. 24. Assista: 354, de 23/02/2009. 25. Assista: 354, de 23/02/2009. 26. Assista: 354, de 23/02/2009. 27. Assista: 354, de 23/02/2009. 28. Assista: 354, de 23/02/2009. 29. Assista: 354, de 23/02/2009. 30. Assista: 354, de 23/02/2009. 31. Assista: 354, de 23/02/2009. 32. Assista: 354, de 23/02/2009. 33. Assista: 354, de 23/02/2009. 34. Assista: 354, de 23/02/2009. 35. Assista: 354, de 23/02/2009. 36. Assista: 354, de 23/02/2009. 37. Assista: 354, de 23/02/2009. 38. Assista: 354, de 23/02/2009. 39. Assista: 354, de 23/02/2009. 40. Assista: 354, de 23/02/2009. 41. Assista: 354, de 23/02/2009. 42. Assista: 354, de 23/02/2009. 43. Assista: 354, de 23/02/2009. 44. Assista: 354, de 23/02/2009. 45. Assista: 354, de 23/02/2009. 46. Assista: 354, de 23/02/2009. 47. Assista: 354, de 23/02/2009. 48. Assista: 354, de 23/02/2009. 49. Assista: 354, de 23/02/2009. 50. Assista: 354, de 23/02/2009. 51. Assista: 354, de 23/02/2009. 52. Assista: 354, de 23/02/2009. 53. Assista: 354, de 23/02/2009. 54. Assista: 354, de 23/02/2009. 55. Assista: 354, de 23/02/2009. 56. Assista: 354, de 23/02/2009. 57. Assista: 354, de 23/02/2009. 58. Assista: 354, de 23/02/2009. 59. Assista: 354, de 23/02/2009. 60. Assista: 354, de 23/02/2009. 61. Assista: 354, de 23/02/2009. 62. Assista: 354, de 23/02/2009. 63. Assista: 354, de 23/02/2009. 64. Assista: 354, de 23/02/2009. 65. Assista: 354, de 23/02/2009. 66. Assista: 354, de 23/02/2009. 67. Assista: 354, de 23/02/2009. 68. Assista: 354, de 23/02/2009. 69. Assista: 354, de 23/02/2009. 70. Assista: 354, de 23/02/2009. 71. Assista: 354, de 23/02/2009. 72. Assista: 354, de 23/02/2009. 73. Assista: 354, de 23/02/2009. 74. Assista: 354, de 23/02/2009. 75. Assista: 354, de 23/02/2009. 76. Assista: 354, de 23/02/2009. 77. Assista: 354, de 23/02/2009. 78. Assista: 354, de 23/02/2009. 79. Assista: 354, de 23/02/2009. 80. Assista: 354, de 23/02/2009. 81. Assista: 354, de 23/02/2009. 82. Assista: 354, de 23/02/2009. 83. Assista: 354, de 23/02/2009. 84. Assista: 354, de 23/02/2009. 85. Assista: 354, de 23/02/2009. 86. Assista: 354, de 23/02/2009. 87. Assista: 354, de 23/02/2009. 88. Assista: 354, de 23/02/2009. 89. Assista: 354, de 23/02/2009. 90. Assista: 354, de 23/02/2009. 91. Assista: 354, de 23/02/2009. 92. Assista: 354, de 23/02/2009. 93. Assista: 354, de 23/02/2009. 94. Assista: 354, de 23/02/2009. 95. Assista: 354, de 23/02/2009. 96. Assista: 354, de 23/02/2009. 97. Assista: 354, de 23/02/2009. 98. Assista: 354, de 23/02/2009. 99. Assista: 354, de 23/02/2009. 100. Assista: 354, de 23/02/2009. 101. Assista: 354, de 23/02/2009. 102. Assista: 354, de 23/02/2009. 103. Assista: 354, de 23/02/2009. 104. Assista: 354, de 23/02/2009. 105. Assista: 354, de 23/02/2009. 106. Assista: 354, de 23/02/2009. 107. Assista: 354, de 23/02/2009. 108. Assista: 354, de 23/02/2009. 109. Assista: 354, de 23/02/2009. 110. Assista: 354, de 23/02/2009. 111. Assista: 354, de 23/02/2009. 112. Assista: 354, de 23/02/2009. 113. Assista: 354, de 23/02/2009. 114. Assista: 354, de 23/02/2009. 115. Assista: 354, de 23/02/2009. 116. Assista: 354, de 23/02/2009. 117. Assista: 354, de 23/02/2009. 118. Assista: 354, de 23/02/2009. 119. Assista: 354, de 23/02/2009. 120. Assista: 354, de 23/02/2009. 121. Assista: 354, de 23/02/2009. 122. Assista: 354, de 23/02/2009. 123. Assista: 354, de 23/02/2009. 124. Assista: 354, de 23/02/2009. 125. Assista: 354, de 23/02/2009. 126. Assista: 354, de 23/02/2009. 127. Assista: 354, de 23/02/2009. 128. Assista: 354, de 23/02/2009. 129. Assista: 354, de 23/02/2009. 130. Assista: 354, de 23/02/2009. 131. Assista: 354, de 23/02/2009. 132. Assista: 354, de 23/02/2009. 133. Assista: 354, de 23/02/2009. 134. Assista: 354, de 23/02/2009. 135. Assista: 354, de 23/02/2009. 136. Assista: 354, de 23/02/2009. 137. Assista: 354, de 23/02/2009. 138. Assista: 354, de 23/02/2009. 139. Assista: 354, de 23/02/2009. 140. Assista: 354, de 23/02/2009. 141. Assista: 354, de 23/02/2009. 142. Assista: 354, de 23/02/2009. 143. Assista: 354, de 23/02/2009. 144. Assista: 354, de 23/02/2009. 145. Assista: 354, de 23/02/2009. 146. Assista: 354, de 23/02/2009. 147. Assista: 354, de 23/02/2009. 148. Assista: 354, de 23/02/2009. 149. Assista: 354, de 23/02/2009. 150. Assista: 354, de 23/02/2009. 151. Assista: 354, de 23/02/2009. 152. Assista: 354, de 23/02/2009. 153. Assista: 354, de 23/02/2009. 154. Assista: 354, de 23/02/2009. 155. Assista: 354, de 23/02/2009. 156. Assista: 354, de 23/02/2009. 157. Assista: 354, de 23/02/2009. 158.

(21) **27174141**

17^o Ofício de Notas
UNICAPITAL

Tabellão: Carlos Alberto Forno Oliveira
Rua do Carmo, 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-8800

CEB674
AA31872B

Original e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X00001AE884. Conf. por: 4.33
Rto de Janeiro, 05 de dezembro de 2014. Serv. em U.A. : 1.33
326.144 UNIDOS : 5.86
Total

PALLA CONSULTA A.D. 63678R-AUT
EAGG-11716 XZY Consulte em <https://www3.trj.jus.br/sitepublico>



Parágrafo Primeiro - A Lei Social da Companhia, para constar do estatuto de sociedade, bem como o seu texto integral, que já foi aprovado, anteriormente, pela Diretoria da Companhia, em sessão de 07 de maio de 2008. Em razão da deliberação em lei, o art. 3º da Estatuta Social passa a vigor com a seguinte redação: "Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Rua ... nº ... e nela se reúne para deliberar sobre assuntos podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão dos acionistas, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País"; 2) Aprovar, por maioria de votos, a alteração do parágrafo único do art. 18 do Estatuto Social da Companhia, de modo que os membros do Conselho de Administração pelo período máximo permitida sejam cinco (5) membros; 3) Alterar, por unanimidade, o art. 19 do Estatuto Social da Companhia, passando a ser de dez (10) anos. Em razão da deliberação em lei, o parágrafo único do art. 18 do Estatuto Social passa a vigor com a seguinte redação: "Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e designados pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um) ano, sendo que os membros não poderão exercer mais de uma função, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido na legislação em vigor de Administração". A acionista Getisa Seguros S.A., devido ao fato de não sonejar a referida alteração estatutária; 3) Aprovar, por unanimidade, os princípios gerais da Plataforma de Remuneração dos Administradores e Representações, na forma de proposta da Getisa Consultoria, que foi aprovada, anteriormente, pelo Conselho de Administração, por unanimidade, a alteração do art. 19 do Estatuto Social da Companhia, devendo incluir a designação específica - "prevenção de fraudes" como função de um diretor. Em razão da deliberação em lei, o art. 19 do Estatuto Social da Companhia passa a vigor com a seguinte redação: "Artigo 19 - O Conselho de Administração terá como funções principais a representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos necessários à administração dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 3 (três) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 6.402/76, outro que será o responsável técnico e de relacionamento com o SUS, e ainda um responsável pelas atividades de administração, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, e um diretor responsável pela prevenção de fraudes, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais responsabilidades pelo Conselho de Administração da Companhia". Em razão desta deliberação em lei, o artigo 19º da Estatuta Social, por unanimidade, concordar o Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "Seguradora Líder dos Capitulos do Seguro DPVAT S/A - Estatuto Social (consolidado) Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º - A Seguradora Líder dos Capitulos do Seguro DPVAT S/A é uma companhia limitada por ações e capital fechado, cuja sede social encontra-se nesta Estatuta Social e possui disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem por objeto obter nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios ou sociedades com fins lucrativos, para a prestação de serviços de Seguros Privados - CNSP, Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 2º, 3º, 4º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País"; 4) Aprovar, por unanimidade, a alteração do prazo indeterminado de duração, Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5º - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias, cada ação representa uma unidade de capital social. No Cade-ação ordinária contém a sua titularidade e um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Artigo 6º - Reservadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá emitir negata total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiridas para fins exclusivos de resgate de ações emitidas, desde que não seja lançado auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação. Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 7º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as decisões que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre que convocada para esse fim, dentro do prazo previsto no presente artigo. Artigo 8º - A Assembleia Geral reune-se, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei, independentemente das formalidades de convocação, também quando houver urgência, por qualquer dos membros do Conselho de Administração ou dos acionistas. Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, podendo a qualquer tempo serem substituídos, sendo que, no caso de impedimento, produzindo a competente ata. Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de procuração devidamente autenticados, assinados por seus representantes a (ou) hora ou antes de reunião convocada. Parágrafo Quarto - Reservadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-seá, em primeira convocação, com presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação com a presença de 1/3 (um terço) do capital social. Parágrafo Quinto - A Assembleia Geral terá formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. De sta transcreverão cópias ou cópias autenticadas para os fis legais. Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (duas terças partes) do capital social com direito a voto. Parágrafo Setimo - A Assembleia Geral terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva. Parágrafo Terceiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do Livro de posse, onde constará o nome, cargo, endereço e número de identificação pessoal, conforme o caso. Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores. Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. Parágrafo Quarto - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva farão declarações de prestição

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Taboão: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 83 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-4800

CEB574
AA318731

Declaro e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X000001NE887 Conf. por:

Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2014. Serventia : 4.33
Sx: 1041005 : 1.53
Total : 3.86

MILLA CRISTINA A.D. GRASPAC-ATF
EAOB-11719 TPB Consulte em <https://www3.trj.jus.br/sitepublico>



17º **Ofício de Notas**
 DA CAPITAL

Tabellão: Carlos Alberto Terno Oliveira
 Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-8000

Original e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do
Original que foi autenticado. Cod: X000001AE886. Conf-por: 4.33
Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2014. Serventia : 1.53
362 TCHFLMDS : 5.86
Total

PALLA CRISTINA A.D. G&S-P&R-AUT
BA06-11718 DM Consulte em <https://www5.tjrj.jus.br/sitpublico>

086574
AA318730



[illegible]

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabella: Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo, 83 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-8800

005574
AA315733

Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi autenticado. Cod: XXXXX014E889. Conf por: Rto de Janeiro, 03 de dezembro de 2014.

Sex: 144UND05 : 1.53
Total : 5.86

PALLA CRISTINA A.D. GABAR-ALF

ENRG-11721 GPH Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitapublico>



[illegible][illegible]

CIA MENTAL E DEPENDENCIA QUIMICA, ATENDIMENTO PSICOLOGICO DE PESSOAS COM DEFICIENCIA OU DOENÇA MENTAL, DISTURBIOS PSIQUICOS E PROBLEMAS CAUSADOS PELO USO DE DROGAS, ALEM DE INFRA-ESTRUTURA OFERECIDA NO LOCAL DE INSTALACAO, INCLUINDO ALIMENTACAO, SUPERVISAO E COMPANHAMENTO PSICOLOGICO E CURADOS MEDICOS. CAPITAL SOCIAL: R\$ 450.000,00. QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS(50). ESTAB. UNAO E INDUSTRIA. N.º 750. POSSUE: PETROPOLIS - RJ - CEP 25.770-480. Petrópolis-RJ
02/12/2011

HYDRATEC COMÉRCIO E TECNOLOGIA LTDA. EPP

CONVOCAÇÃO: [ART. 1.152 e 1.º e 3.º DO COD. CIVIL]. Neste ato fica convocado o Sr. Raul Carlos Rodrigues de Oliveira, para comparecer no dia 22/01/2012 e no dia 27/01/2012, em 1.ª ou 2.ª convocação, para tomar ciência de retirada do sócio remanescente Sr. Roberto Eduardo Baracruy da Empresa Hydratex Comercio e Tecnologia Ltda EPP com sede na Rua Coração de Maria nº 156 loja "A" parte. Milerijr CEP nº 20.775-050, por motivo de saúde, pois o mesmo se encontra em tratamento médico. RJ, 10/01/2012 Angelo Paqueta Braga - CRC/RJ 038.380/O-7 - CPF nº 12.446.53.72

CASTELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
CNPJ: 33.221.649/0001-91
AVISO - Achar-se-á à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, na Avenida Nilo Peçanha, 50, sala 1417, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria

FATO RELEVANTE: A Vale S.A. informa que esta declarando força maior (FIM) em uma série de contratos de minério de ferro com o cliente, a partir de 11 de janeiro de 2012. Estamos entrando em contato com os clientes conforme os termos dos respectivos contratos. De acordo com o artigo 3º, § 4º, da Instrução CVM nº 358 esta Fato Relevante encontra-se disponível em sua versão completa, em teor abreviado aqui resumido a CVM, no website da VALE, no seguinte endereço: www.vale.com. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2012. **Fato Martins - Diretor Executivo de Relações com Investidores.**

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
02.709.449/0011-20

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO torna público que requereu ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Licença de Operação para operar o Duto de Transferência de Água Produzida entre o Terminal de Cabunas e a Estação de Barra do Furado, possuindo aproximadamente 70 km de extensão, capacidade de transportar com uma vazão de 150m³/h, com diâmetro de 8", em 29 de Dezembro de 2011 Rodovia Amaral Peixoto km 186 - Macaé/RJ. Processo E-07512461/2011.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
CNPJ 33.000.167/0001-01
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

PETROLÉO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS torna pública que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a **AUTORIZAÇÃO DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS OUT. Nº 180/18637**, com validade até 28 de março de 2013, que a autoriza a captação de água bruta em 4 (quatro) pontos do Rio Cacembu com a finalidade de outros usos (campesinagem e irrigação do solo) na Região Hidrográfica RI-V, Baía de Guanabara, na Fazenda Micaçu, entre os Rios Micaçu e Cacembu, Campo das Caixas, município de Itaboraí.

CAPTACÃO: Terranagem comum; Corpo Hídrico: Rio Caçapava; Vazão média instantânea: 520,0 m³/s; Vazão média: 520,0 m³/s; Tempo de captação: 16,00 h; Período de captação: 30 dias; Volume mensal: 240.000,00 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 41' 21,285" e Long. 42° 50' 30,705". **CAPTACÃO: EAP 1:** Corpo Hídrico: Rio Caçapava; Vazão média instantânea: 35,0 m³/s; Vazão média: 30,0 m³/s; Tempo de captação: 16,00 h; Período de captação: 30 dias; Volume mensal: 1440,00 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 40' 37,85" e Long. 42° 51' 51,438". **CAPTACÃO: EAP 2:** Corpo Hídrico: Rio Caçapava; Vazão média instantânea: 35,0 m³/s; Vazão média: 30,0 m³/s; Tempo: 16,00 h; Período: 30 dias; Volume mensal: 1440,00 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 42' 46,321" e Long. 42° 51' 11,331".

CAPTAÇÃO: EAP 3: Corpo Hídrico: Rio Caceribu, vazão máxima instantânea: 35,9 m³/s, vazão média: 10,0 m³/s; Tempo: 16,00 h/s, Período: 30 dias; Volume mensal: 144.000 m³. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 41' 10,289" e Long. 42° 35' 24,642".

LANÇAMENTO: Volume máximo diário dos dois pontos A e B: 988,0 l/s, realizado no solo.

Processo nº: F. 87.000703/0008

id: (24.30.56)

BR PETROBRAS
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01
NIRE nº 33309032061

*EDITAL DE CONVOCAÇÃO

[illegible]

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas

CLINICA ESTRELLA LTDA

SOCIEDADE SIMPLES EM CONSTITUIÇÃO

RESUMÃO CONSELHO SOCIAL SINDOS: JOÃO GILBERTO FERREIRA FARIAS
MÓDULO 1: ESTRELA (CPF: 254.187.817-4) - RUA: PARECÍPE, 25 - SOBRÁ
BRAND: 1 (CPF: 304.133.817-4) - RUA: PARECÍPE, 25 - SOBRÁ
(CPF: 254.275.771-1) E FLAVIO DOMES REINO (CPF: 254.187.817-4)
OBJETIVO: ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA, À SAÚDE
E A PORTADORES DE DISTÚRBIOS PSICOLÓGICOS. (FARIAS)



17º Ofício de Notas
 IN-CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira
 Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 209-4800

CEB 74
 AN 15/12

Original e dupe que a presente, cópia e a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: XXXXXX1AE888, Conf. por: Serventia : 1.53
 Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2014. 36% 13440005 : 5.86
 Total

PALLA ERGIDA A.D. 048378-ALT
 EMB-11720 YID Consulte em <https://www3.trj.jus.br/sitapublico>





**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

PRESENCIA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Medeiros, Rosana Techima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Sentoma, que, como os presentes respectivos conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração do

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 1 de 2



17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabuleiro: Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-4800

Original e dou fe que a presente
Certificado que foi apresentado. Cod: X000001AE388 Conf. por: 4.33
Original que foi apresentado. Cod: X000001AE388 Conf. por: 1.53
Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2014. Serventia 327 TDFUNDOS

FALLA CRISTINA A.D. BRASPAR-ALF Total 5.86

EA03-11723 MU Consulte em <https://www3.rij.jus.br/sitepublico>

086674
AA318735





2530451

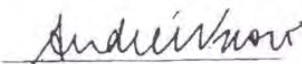
diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, re ratificar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.


VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Techima Salsano - Conselheira; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.


André Leal Faoro
Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
Nire: 33.3.0028479-6	
Protocolo: 00.2014/126431-4	
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM	09/04/2014
E DATA ABAIXO	10/04/2014. E O REGISTRO SOB O NÚMERO
00002614223	
DATA 10/04/2014	
 Valéria L. M. Serra SECRETARIA GERAL	

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 2 de 2





AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0007530-28.2017.8.17.2001

AUTOR: ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a INTIMAÇÃO de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A . O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 19 de junho de 2017

ROBERTO FERREIRA DA SILVA

Diretoria Cível do 1º Grau



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Nome: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO
- RJ - CEP: 20031-205

ENDER

CEP / CO

0007530-28.2017.8.17.2001

ID 19838262

6

DECLARA

INTIMAÇÃO Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO

DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA

CAIXA DE DESTINO

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Renato Lima de Oliveira
- 20.856.534-7 - DETRAN

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

R. Júnior
8.956.534-7



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FCD463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR



JR 788593469 B

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

17 MAI 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

RECIFE-PE

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /	/ /	/ /
:	h	:
:	h	:
:	h	:

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ENDRECE

PROCURADORIA GERAL DE 1º GRAU DA CAPITAL

FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1º ANDAR

AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº

CIDADE / LOCALITE

ILHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE- CEP: 50080900

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

					-		
--	--	--	--	--	---	--	--



AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0007530-28.2017.8.17.2001

AUTOR: ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que faço juntar aos presentes autos Laudo Pericial de ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 4 de setembro de 2017.

MARIA INES NORONHA DA SILVA

Diretoria Cível do 1º Grau



INFORMAÇÕES DA VÍTIMA

Escr.: «ESCRITORIO2»

Nº do Processo: «NÚMERO_DO_PROCESSO»

0007530-28.2017

Nome completo: «NOME_DO_AUTOR» Alexandre Luiz de Carvalho

CPF: «CPF» 036.590.174-59

Vara: «VARA» 26ª Vara Civil

Endereço completo:

Seção B

Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes

Informações do acidente

Local do acidente:

«LOCAL_DO_ACIDENTE_» Taboas dos Guarapirás / IE

Data do Acidente: «DATA_DO_ACIDENTE_» 11/06/2016

Avaliação

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

a) ☒ Sim

b) ☐ Não

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

Extremidade Direita

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítila, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Fratura de fêmur de

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

a) ☐ Sim

b) ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☒ disfunções apenas temporárias

b) ☐ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítila.

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

a) ☐ Sim, em que prazo:

b) ☐ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mas susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítila.

b) ☐ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítila.



INFORMAÇÕES DA VÍTIMA

b.1) ☐ **Parcial Completo** (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2) ☐ **Parcial Incompleto** (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Data da realização do exame médico legal:

29/06/2017

Dr. João Paulo

Espaço para assinatura do médico legista perito

Informações Complementares

Paciente com fratura de osso de perna
direita com contusão com fratura intramedular.
Se sequelas no resto.

Reato Perito
Cirurgião Geral
CRM-PE 191217EOT-13395



AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0007530-28.2017.8.17.2001

AUTOR: ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que até este momento não foi juntada aos autos a guia de pagamento da perícia, por esta razão faço os autos conclusos. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 8 de setembro de 2017.

SAMARA OLIVEIRA DE MELO

Diretoria Cível do 1º Grau



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 26ª vara cível da comarca de RECIFE – PE

Processo: nº: **0007530-28.2017.8.17.2001**


SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT, nos autos da ação em epígrafe, vem, por seus advogados, informar que foi promovido o recolhimento dos honorários periciais, conforme consta no comprovante em anexo, como de direito.

Termos em que,
Espera deferimento.
Recife, 11 de setembro de 2017

MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS
OAB/ PE 29.559




RECIBO DO SACADO

		104-0	10490.02916 12948.704684 17080.057080 1 00000000020000	
Cedente / Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 1294 / 1294870
Nº do documento 040271700401708167	Nosso Número 804681708005708-8	Vencimento	Valor do Documento 200,00	
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA: RECIFE - 26A VARA CIVEL PROCESSO: 00075302820178172001 N° GUIA: 2343267 JURISDICIONADOS: ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU CONTA: 2717 040 01634204 - 9 PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040271700401708167 OBS: HONORÁRIOS PERICIAIS				(-) Desconto
				(-) Outras Deduções/Abatimentos
				(+) Mora/Multa/Juros
				(+) Outros Acréscimos
				(=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 UF: CEP:
Sacador/Avalista:				CPF/CNPJ:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

		104-0	10490.02916 12948.704684 17080.057080 1 00000000020000	
Local de pagamento PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA				Vencimento
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 1294 / 1294870
Data do documento 16/08/2017	Nº do documento 040271700401708167	Espécie de docto. DJ	Aceite S	Data do processamento 16/08/2017
Uso do Banco	Carteira SR	Moeda R\$	Quantidade	Nosso Número 804681708005708-8
				(=) Valor do Documento 200,00
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA: RECIFE - 26A VARA CIVEL PROCESSO: 00075302820178172001 N° GUIA: 2343267 JURISDICIONADOS: ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU CONTA: 2717 040 01634204 - 9 PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040271700401708167 OBS: HONORÁRIOS PERICIAIS				(-) Desconto
				(-) Outras Deduções/Abatimentos
				(+) Mora/Multa/Juros
				(+) Outros Acréscimos
				(=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 UF: CEP:
Sacador/Avalista:				CPF/CNPJ:

Autenticação - Ficha de Compensação





Guia - Ficha de Compensação

			Nº DA CONTA JUDICIAL
			0
Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
	29/08/2017	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	
29/08/2017	2343267	00075302820178172001	
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PE	Vara Cível	RÉU	200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO		FÍSICA	03659012459
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
D604C6274DC16CE1			





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0007530-28.2017.8.17.2001**

AUTOR: ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

SENTENÇA

Vistos.

01. ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO, qualificado nos autos, por meio de advogado e invocando os benefícios da justiça gratuita, ajuizou **AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, igualmente qualificada, aduzindo, em síntese, que:

- a) no dia 11.06.2016 foi vítima de acidente automobilístico, sofrendo lesões gravíssimas, que resultaram em debilidade permanente;
- b) recebeu administrativamente a importância de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos);
- c) faz jus ao recebimento do valor correspondente a R\$ 6.412,50 (seis mil quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos).

02. Ao final, requereu os benefícios da justiça gratuita e a procedência do pedido, com a condenação do(a) ré(u) no pagamento do valor de R\$ 6.412,50 (seis mil quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos).

03. Juntou aos autos procuração e documentos, dentre os quais laudo médico e boletim de ocorrência.

04. Mediante despacho de ID 19751248, foi determinada a realização de perícia médica e apresentação de laudo.

05. Citada, a parte ré apresentou contestação (ID 20846127), arguindo, preliminarmente, a ausência de laudo do IML, documento essencial à demonstração do percentual de invalidez e o grau de redução funcional; e, no mérito, argumentou que o boletim de ocorrência não se presta a demonstrar o nexo de causalidade, não comprovando a efetiva ocorrência do sinistro, ressaltou, ainda, a validade da quitação administrativa e requereu a improcedência da demanda, ou, em caso de eventual condenação, seja levado em consideração o grau da lesão suportada pelo(a) autor(a), observando a proporcionalidade da incapacidade, conforme definição da tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974.

06. Anexou procuração e documentos.

07. Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes acostado sob o ID 23201804.

08. Honorários periciais depositados (ID 23462498).

09. É o que importa relatar. DECIDO.

Da ausência de documento imprescindível ao exame da situação *sub judice*

10. Aduz a demandada que o(a) autor(a) deixou de colacionar aos autos documento essencial para estabelecer o grau de limitação, qual seja, laudo do IML que atenda ao disposto no art. 5º, § 5º, da Lei nº 6.194/74.

11. Todavia, o laudo do IML não é documento indispensável à propositura da ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT, pois tal exigência violaria o livre acesso ao Judiciário, consagrado no artigo 5º, inciso XXXV, da CF/1988. Comprovado o acidente e o dano, admite-se a discussão judicial e dilação probatória.

12. Nesse sentido, o seguinte precedente deste Tribunal:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA COMPLEMENTAR DE COBERTURA SECURITÁRIA - DPVAT. DESNECESSIDADE DE JUNTADA PRÉVIA DO LAUDO MÉDICO DO IML. JUNTADA DE OUTROS DOCUMENTOS MÉDICOS QUE COMPROVAM A EXISTÊNCIA E QUANTIFICAÇÃO DAS LESÕES OCORRIDAS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO



ATACADA. INVIABILIDADE DO PEDIDO RETRATATIVO. 1 - **Não há que se falar em juntada prévia do laudo pericial do Instituto Médico Legal (IML) para que o autor tenha interesse de agir ao postular a complementação da indenização do seguro obrigatório (DPVAT), ainda mais quando a própria seguradora (fls. 122) reconhece a existência e a quantificação das lesões através dos documentos carreados na inicial;** 2 - Não há no recurso de agravo qualquer fato novo que ensejasse retratação ou reforma da decisão anterior. Agravo Legal improvido a unanimidade de votos. (TJ-PE - AGV: 3865150 PE, Relator: Eurico de Barros Correia Filho, Data de Julgamento: 30/07/2015, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 10/08/2015)

13. Rejeito, pois, esta preliminar.

Do mérito

14. A parte ré, em sua peça de defesa, alega que o boletim de ocorrência não é apto a comprovar o nexo de causalidade entre a debilidade permanente e suposto acidente, eis que não foi lavrado na época do acidente.

15. Conforme cediço, deve-se analisar o valor probante do boletim de ocorrência em conjunto com as demais provas dos autos, pois o referido documento não goza de presunção *juris tantum*.

16. Porém, *in casu*, é de se ver que o boletim de ocorrência, aliado aos laudos médicos anexados, constituem meio idôneo para comprovar a existência do acidente e, inclusive, o nexo de causalidade entre este e as lesões.

17. Entendo, pois, comprovada a relação entre o acidente noticiado no boletim de ocorrência e as lesões do(a) autor(a). Ademais, a parte ré quando realizou o pagamento administrativo, admitiu o sinistro como ocorrido.

18. A parte ré aduz, também, a validade plena e total da quitação na esfera administrativa. Todavia, entendo que a quitação do beneficiário do seguro outorgada no âmbito administrativo se limita aos valores constantes do recibo, não inibindo a pretensão de obter a condenação da seguradora no pagamento da diferença entre a importância recebida e o valor máximo estabelecido em lei.

19. O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que a outorga de quitação, ainda que de forma plena e geral, da indenização securitária DPVAT, no âmbito administrativo, não implica renúncia ao direito de receber a complementação prevista na Lei, *in verbis*:

EMENTA: DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO SUMÁRIO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ADMISSIBILIDADE. O recibo de quitação outorgado de forma plena e geral, mas relativo à satisfação parcial do quantum legalmente assegurado pelo art.3º da Lei n. 6.194/1974, não se traduz em renúncia a este, sendo admissível postular em juízo a sua complementação. Precedentes. (STJ, REsp 363604/SP, Relatora Min. Nancy Andrighi, 3ª T., julgamento 02/04/2002) EMENTA: CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N. 6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE. I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (REsp n. 146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001). II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie. III. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 296.675/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2002, DJ 23/09/2002, p. 367).

20. Passo à análise da extensão da lesão.

21. A parte autora vem a juízo com a pretensão de obter a complementação da indenização do seguro, sob o argumento de que não teve, na via administrativa, a sua invalidez permanente parcial enquadrada nos termos definidos na tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974.

22. O Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento, firme no princípio do *tempus regit actum*, no sentido de que, nas ações de cobrança de indenização de seguro obrigatório – DPVAT, aplica-se a lei vigente ao tempo do acidente:

*EMENTA: Seguro obrigatório. Lei nº 6.194/74 e Lei nº 8.441/92. Precedentes da Corte. **1. Aplica-se a lei vigente ao tempo do fato que provocou a morte, como consolidado na jurisprudência da Corte.** Assim, incide, no caso, o limite previsto no art. 7º, § 1º, da Lei nº 6.194/74, isto é, o pagamento de 50% de 40 salários mínimos 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 556606/SP,*



Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/06/2004, DJ 11/10/2004 p. 316) (GRIFEI)

23. No caso concreto, o acidente automobilístico em questão ocorreu sob a égide da Lei nº 11.945/2009, que alterou a redação do art. 3º, da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

*Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

(...)

§ 1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na alínea "a", procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de dez por cento, nos casos de seqüelas residuais.

24. Na situação jurídica *sub examine*, embora a parte autora tenha colacionado aos autos o boletim de ocorrência que relata o acidente sofrido e documentos hospitalares, o laudo médico (ID 23201804) elaborado pelo perito judicial atesta que a parte autora apresenta apenas disfunções temporárias, as quais, conforme o art. 3º da Lei nº 6.194/74 (acima destacado), não conferem ao autor o direito de receber o seguro DPVAT, porquanto este é devido, tão somente, nos casos de morte, invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares.

25. Logo, *in casu*, não há que se falar em pagamento de complementação do seguro obrigatório de veículos automotores (DPVAT).

DISPOSITIVO:

26. Diante do exposto, com fulcro na Lei nº 6.194, de 19.12.1974, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO E EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, nos termos do disposto no artigo 487, inciso I, do NCPC.

27. Condene o(a) autor(a) ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85 do NCPC. No entanto, em virtude do disposto no art. 98, § 3º, da citada legislação, suspendo a exigibilidade do débito pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sujeita a cobrança à alteração da situação econômica do(a) autor(a), o(a) qual é beneficiário(a) da gratuidade da justiça deferida nesta oportunidade.

28. Expeça-se, de imediato e independentemente de trânsito, alvará em favor do perito Renato Paes Barreto, CRM 18121, para levantamento dos honorários periciais, no valor R\$ 200,00 (duzentos reais), com os devidos acréscimos legais, decorrente do depósito de ID 23462498.

29. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, certifique-se e, após, arquivem-se.

30. Atente a Diretoria Cível para o pedido de exclusividade da intimação constante na contestação de ID 20846127.

Recife, 15 de setembro de 2017.

Ana Carolina Fernandes Paiva
Juiza de Direito em Exercício Cumulativo

DJPF





Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0007530-28.2017.8.17.2001

AUTOR: ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 26ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 23614756, conforme segue transcrito abaixo:

" SENTENÇA Vistos. 01. ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO, qualificado nos autos, por meio de advogado e invocando os benefícios da justiça gratuita, ajuizou AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, igualmente qualificada, aduzindo, em síntese, que: a) no dia 11.06.2016 foi vítima de acidente automobilístico, sofrendo lesões gravíssimas, que resultaram em debilidade permanente; b) recebeu administrativamente a importância de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos); c) faz jus ao recebimento do valor correspondente a R\$ 6.412,50 (seis mil quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos). 02. Ao final, requereu os benefícios da justiça gratuita e a procedência do pedido, com a condenação do(a) ré(u) no pagamento do valor de R\$ 6.412,50 (seis mil quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos). 03. Juntou aos autos procuração e documentos, dentre os quais laudo médico e boletim de ocorrência. 04. Mediante despacho de ID 19751248, foi determinada a realização de perícia médica e apresentação de laudo. 05. Citada, a parte ré apresentou contestação (ID 20846127), arguindo, preliminarmente, a ausência de laudo do IML, documento essencial à demonstração do percentual de invalidez e o grau de redução funcional; e, no mérito, argumentou que o boletim de ocorrência não se presta a demonstrar o nexo de causalidade, não comprovando a efetiva ocorrência do sinistro, ressaltou, ainda, a validade da quitação administrativa e requereu a improcedência da demanda, ou, em caso de eventual condenação, seja levado em consideração o grau da lesão suportada pelo(a) autor(a), observando a proporcionalidade da incapacidade, conforme definição da tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974. 06. Anexou procuração e documentos. 07. Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes acostado sob o ID 23201804. 08. Honorários periciais depositados (ID 23462498). 09. É o que importa relatar. DECIDO. Da ausência de documento imprescindível ao exame da situação sub judice 10. Aduz a demandada que o(a) autor(a) deixou de colacionar aos autos documento essencial para estabelecer o grau de limitação, qual seja, laudo do IML que atenda ao disposto no art. 5º, § 5º, da Lei nº 6.194/74. 11. Todavia, o laudo do IML não é documento indispensável à propositura da ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT, pois tal exigência violaria o livre acesso ao Judiciário, consagrado no artigo 5º, inciso XXXV, da CF/1988. Comprovado o acidente e o dano, admite-se a discussão judicial e dilação probatória. 12. Nesse sentido, o seguinte precedente deste Tribunal: EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA COMPLEMENTAR DE COBERTURA SECURITÁRIA - DPVAT. DESNECESSIDADE DE JUNTADA PRÉVIA DO LAUDO MÉDICO DO IML. JUNTADA DE OUTROS DOCUMENTOS MÉDICOS QUE COMPROVAM A EXISTÊNCIA E QUANTIFICAÇÃO DAS LESÕES OCORRIDAS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ATACADA. INVIABILIDADE DO PEDIDO RETRATATIVO. 1 - Não há que se falar em juntada prévia do laudo pericial do Instituto Médico Legal (IML) para que o autor tenha interesse de agir ao postular a complementação da indenização do seguro obrigatório (DPVAT), ainda mais quando a própria seguradora (fls. 122) reconhece a existência e a quantificação das lesões através dos documentos carreados na inicial; 2 - Não há no recurso de agravo qualquer fato novo que ensejasse retratação ou reforma da decisão anterior. Agravo Legal improvido a unanimidade de votos. (TJ-PE - AGV: 3865150 PE, Relator: Eurico de Barros Correia Filho, Data de Julgamento: 30/07/2015, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 10/08/2015) 13. Rejeito, pois, esta preliminar. Do mérito 14. A parte ré, em sua peça de defesa, alega que o boletim de ocorrência não é apto a comprovar o nexo de causalidade entre a debilidade permanente e suposto acidente, eis que não foi lavrado na época do acidente. 15. Conforme cediço, deve-se analisar o valor probante do boletim de ocorrência em conjunto com as demais provas dos autos, pois o referido documento não goza de presunção juris tantum. 16. Porém, in casu, é de se ver que o boletim de ocorrência, aliado aos laudos médicos anexados, constituem meio idôneo para comprovar a existência do acidente e, inclusive, o nexo de causalidade entre este e as lesões. 17. Entendo, pois, comprovada a relação entre o acidente noticiado no boletim de ocorrência e as lesões do(a) autor(a). Ademais, a parte ré quando realizou o pagamento administrativo, admitiu o sinistro como ocorrido. 18. A parte ré aduz, também, a validade plena e total da quitação na esfera administrativa. Todavia, entendo que a quitação do beneficiário do seguro outorgada no âmbito administrativo se limita aos valores constantes do recibo, não inibindo a pretensão de obter a



condenação da seguradora no pagamento da diferença entre a importância recebida e o valor máximo estabelecido em lei. 19. O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que a outorga de quitação, ainda que de forma plena e geral, da indenização securitária DPVAT, no âmbito administrativo, não implica renúncia ao direito de receber a complementação prevista na Lei, in verbis: EMENTA: DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO SUMÁRIO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ADMISSIBILIDADE. O recibo de quitação outorgado de forma plena e geral, mas relativo à satisfação parcial do quantum legalmente assegurado pelo art.3º da Lei n. 6.194/1974, não se traduz em renúncia a este, sendo admissível postular em juízo a sua complementação. Precedentes. (STJ, REsp 363604/SP, Relatora Min. Nancy Andrighi, 3ª T., julgamento 02/04/2002) EMENTA: CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N. 6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE. I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (REsp n. 146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001). II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie. III. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 296.675/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2002, DJ 23/09/2002, p. 367). 20. Passo à análise da extensão da lesão. 21. A parte autora vem a juízo com a pretensão de obter a complementação da indenização do seguro, sob o argumento de que não teve, na via administrativa, a sua invalidez permanente parcial enquadrada nos termos definidos na tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974. 22. O Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento, firme no princípio do tempus regit actum, no sentido de que, nas ações de cobrança de indenização de seguro obrigatório – DPVAT, aplica-se a lei vigente ao tempo do acidente: EMENTA: Seguro obrigatório. Lei nº 6.194/74 e Lei nº 8.441/92. Precedentes da Corte. 1. Aplica-se a lei vigente ao tempo do fato que provocou a morte, como consolidado na jurisprudência da Corte. Assim, incide, no caso, o limite previsto no art. 7º, § 1º, da Lei nº 6.194/74, isto é, o pagamento de 50% de 40 salários mínimos 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 556606/SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/06/2004, DJ 11/10/2004 p. 316) (GRIFEI) 23. No caso concreto, o acidente automobilístico em questão ocorreu sob a égide da Lei nº 11.945/2009, que alterou a redação do art. 3º, da Lei nº 6.194/74, in verbis: Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (...) II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; (...) § 1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na alínea “a”, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinqüenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de dez por cento, nos casos de seqüelas residuais. 24. Na situação jurídica sub examine, embora a parte autora tenha colacionado aos autos o boletim de ocorrência que relata o acidente sofrido e documentos hospitalares, o laudo médico (ID 23201804) elaborado pelo perito judicial atesta que a parte autora apresenta apenas disfunções temporárias, as quais, conforme o art. 3º da Lei nº 6.194/74 (acima destacado), não conferem ao autor o direito de receber o seguro DPVAT, porquanto este é devido, tão somente, nos casos de morte, invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares. 25. Logo, in casu, não há que se falar em pagamento de complementação do seguro obrigatório de veículos automotores (DPVAT). DISPOSITIVO: 26. Diante do exposto, com fulcro na Lei nº 6.194, de 19.12.1974, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO E EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do disposto no artigo 487, inciso I, do NCPC. 27. Condeno o(a) autor(a) ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art.



85 do NCPC. No entanto, em virtude do disposto no art. 98, § 3º, da citada legislação, suspendo a exigibilidade do débito pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sujeita a cobrança à alteração da situação econômica do(a) autor(a), o(a) qual é beneficiário(a) da gratuidade da justiça deferida nesta oportunidade. 28. Expeça-se, de imediato e independentemente de trânsito, alvará em favor do perito Renato Paes Barreto, CRM 18121, para levantamento dos honorários periciais, no valor R\$ 200,00 (duzentos reais), com os devidos acréscimos legais, decorrente do depósito de ID 23462498. 29. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, certifique-se e, após, arquivem-se. 30. Atente a Diretoria Cível para o pedido de exclusividade da intimação constante na contestação de ID 20846127. Recife, 15 de setembro de 2017. Ana Carolina Fernandes Paiva Juíza de Direito em Exercício Cumulativo"

RECIFE, 22 de setembro de 2017.

SAMARA OLIVEIRA DE MELO

Diretoria Cível do 1º Grau



Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0007530-28.2017.8.17.2001

AUTOR: ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção B da 26ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

BENEFICIÁRIO:	Renato Paes Barreto – CRM 18121
VALOR AUTORIZADO:	R\$ 200,00 (Duzentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.
DADOS DO DEPÓSITO:	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – AGÊNCIA 2717 –OPERAÇÃO 040 - CONTA 01634204-9

Tudo conforme **SENTENÇA** de **ID 23614756**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado: "[...]28. **Expeça-se, de imediato e independentemente de trânsito, alvará em favor do perito Renato Paes Barreto, CRM 18121, para levantamento dos honorários periciais, no valor R\$ 200,00 (duzentos reais), com os devidos acréscimos legais, decorrente do depósito de ID 23462498. 29. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, certifique-se e, após, arquivem-se. 30. Atente a Diretoria Cível para o pedido de exclusividade da intimação constante na contestação de ID 20846127. Recife, 15 de setembro de 2017. Ana Carolina Fernandes Paiva Juíza de Direito em Exercício Cumulativo**".

OBSERVAÇÃO: Este alvará deverá ser levantado junto à **CAIXA**, agência **1294 – Teatro Marrocos/PE**, localizada na **Praça da República, 233 – Bairro Santo Antônio, Recife – PE**. Horário de atendimento: **10h às 16h**.

Eu, **SAMARA OLIVEIRA DE MELO**, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé. RECIFE, 27 de setembro de 2017.

BRENNO CAVALCANTI MARIANO
Diretoria Cível do 1º Grau
(Assinado eletronicamente)

ANA CAROLINA FERNANDES PAIVA
Juiz(a) de Direito
(Assinado eletronicamente)

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0007530-28.2017.8.17.2001

AUTOR: ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que enviei o alvará ao perito conforme cópia de e-mail colacionada. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 11 de outubro de 2017.

SAMARA OLIVEIRA DE MELO

Diretoria Cível do 1º Grau




Zimbra

samara.melo@tjpe.jus.br

Alvará processo 0007530-28.2017.8.17.2001 26B

De : diretoria civil 1grau pericia
<diretoria.civil.1grau.pericia@tjpe.jus.br>

Qua, 11 de out de 2017 18:02

 1 anexo

Remetente : samara melo <samara.melo@tjpe.jus.br>

Assunto : Alvará processo 0007530-28.2017.8.17.2001
26B


Para : renatopaesbarreto@hotmail.com

Ilmo, Sr. Perito,

Segue em anexo o alvará referente a perícia do processo n. 0007530-28.2017.8.17.2001, que tramita perante a Seção B da 26ª Vara Cível da Capital e pode ser levantado junto à CAIXA, agência 1294 – Teatro Marrocos/PE, localizada na Praça da República, 233 – Bairro Santo Antônio, Recife – PE. Horário de atendimento: 10h às 16h.

Aproveito a oportunidade para informar que já existe o token de perito e o senhor deverá requerer a sua habilitação dos processos em que atua como perito.

Atenciosamente,

 **alvará Processo nº 0007530-28.2017.8.17.2001.pdf**
838 KB



AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0007530-28.2017.8.17.2001

AUTOR: ALEXANDRE LUIZ DA CONCEICAO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO

Certifico para os devidos fins de direito que a Sentença prolatada no referido processo transitou em julgado. O
certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 24 de novembro de 2017.

BRENNO CAVALCANTI MARIANO

Diretoria Cível do 1º Grau

